

COLÉGIO PEDRO II

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura
Especialização em Ciências Sociais e Educação Básica

Bruna Amaral Lanzillotti Barreto

DOCTRINAÇÃO IDEOLÓGICA NAS ESCOLAS: VERDADE OU MITO?

A Educação como campo de batalha de outras disputas.

Rio de Janeiro

2021



Bruna Amaral Lanzillotti Barreto

DOUTRINAÇÃO IDEOLÓGICA NAS ESCOLAS: VERDADE OU MITO?

A Educação como campo de batalha de outras disputas.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Especialização em Ciências Sociais e Educação Básica, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ciências Sociais.

Orientador Professor Dr. Selmo Nascimento da Silva.

Rio de Janeiro

2021

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

B273 Barreto, Bruna Amaral Lanzillotti
Doutrinação ideológica nas escolas: verdade ou mito? / Bruna
Amaral Lanzillotti Barreto. - Rio de Janeiro, 2021.

54 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências
Sociais e Educação Básica) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-
Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Selmo Nascimento da Silva.

1. Ciências sociais – Estudo e ensino. 2. Educação. 3. Política e
educação. 4. Ideologia. I. Silva, Selmo Nascimento da. II. Colégio Pedro
II. III. Título.

CDD 300

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB-7: 5692.

Bruna Amaral Lanzillotti Barreto

DOUTRINAÇÃO IDEOLÓGICA NAS ESCOLAS: VERDADE OU MITO?

A Educação como campo de batalha de outras disputas.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Especialização em Ciências Sociais e Educação Básica, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ciências Sociais.

Aprovado em: ____/____/____.

Professor Dr. Selmo Nascimento da Silva
Colégio Pedro II

Professor Dr. Marcelo da Silva Araújo
Colégio Pedro II

Professor Me. Maycon Bezerra de Almeida
Colégio Pedro II

Aos profissionais de Educação que resistem, que acreditam em uma Educação Pública e de Qualidade, mesmo tão subvalorizados e atacados por defensores da ignorância e da desigualdade.

AGRADECIMENTOS

Aos amigos e à família – de sangue e de Axé – que são alicerce em todo momento, e ainda mais nos tempos difíceis e inesperados que vivemos hoje, agradeço o apoio e o afeto que vai nos mantendo de pé. Ao Givaldo, que nos últimos tempos foi incansável em me incentivar na conclusão desse trabalho e ao Gabriel, que semanalmente me ajuda a enxergar a vida com mais calma e clareza, muito obrigada, sem vocês eu não teria conseguido. Agradeço também ao Selmo, que me orientou com tanta leveza e compreensão, sem nunca reclamar dos “acho que termino essa semana” que não se concretizavam.

Aos professores e professoras fantásticos que tive na minha trajetória no Colégio Pedro II, não apenas na pós-graduação, mas desde o Ensino Médio, quando cheguei naquele CIEP no Barreto em um misto de curiosidade e apreensão, me faltam palavras. Vocês foram determinantes na minha trajetória pessoal e intelectual, são algumas das minhas principais inspirações na vida. Aprendi muito com vocês: sobre profissionalismo e dedicação ao trabalho, sobre acreditar no potencial de cada estudante, sobre afeto nos processos de educação, sobre engajamento naquilo em que acreditamos, sobre esperança de dias melhores para todos. Tenho em mim um pouco de cada um de vocês e minha gratidão é eterna.

"Não me peça que eu lhe faça uma canção como se deve / Correta, branca, suave, muito limpa, muito leve / Sons, palavras, são navalhas / E eu não posso cantar como convém / Sem querer ferir ninguém / Mas não se preocupe meu amigo / Com os horrores que eu lhe digo / Isso é somente uma canção / A vida realmente é diferente / Quer dizer / Ao vivo é muito pior"

Antonio Carlos Belchior

RESUMO

BARRETO, Bruna Amaral Lanzillotti. **Doutrinação ideológica nas escolas: verdade ou mito?** A Educação como campo de batalha de outras disputas. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Sociais e Educação Básica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2021.

Essa pesquisa teve como objetivo contribuir com a bibliografia sobre o movimento Escola Sem Partido através da realização de um *Survey* focado na análise quantitativa da difusão dessas ideias nas comunidades escolares e a identificação e dimensionamento dos grupos sociais e políticos que às promovem. Foi identificado que se trata de uma minoria nas comunidades escolares formada majoritariamente por homens brancos pais de estudantes, em especial de escolas particulares. A partir dessa identificação foram feitas reflexões sobre sua gênese social e interesses que fazem das escolas seu alvo.

Palavras-chave: Escola sem Partido. Educação. Política. Doutrinação ideológica em debate.

ABSTRACT

BARRETO, Bruna Amaral Lanzillotti. **Doutrinação ideológica nas escolas: verdade ou mito? A Educação como campo de batalha de outras disputas.** 2021. Final Paper (Specialization in Ciências Sociais e Educação Básica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2021.

This research aimed to contribute with the bibliography about “Escola Sem Partido” Brazilian movement through a survey focused on a quantitative analysis about their ideas diffusion in school communities and identification and sizing of the social and political groups engaged in it. Was identified that is a white male minor group of student’s parents, especially of private schools. From this identification a reflection about their social genesis and interests that made schools their target was carried out.

Keywords: Unpolitical schools. Education. Politics. Indoctrination under debate.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Histórico do site do Escola Sem Partido	12
Figura 02 – Páginas sobre o Escola Sem Partido na rede social Facebook.....	12
Figura 03 – Divulgação de minutas de projetos de lei pelo Escola Sem Partido	14
Figura 04 – Perfil visual dos principais mencionados como referência no site do ESP	16
Figura 05 – Questionário	18
Figura 06 – Respondentes	19
Figura 07 – Renda, rede de ensino e média de moradores por domicílio.....	20
Figura 08 – Questionário sobre tendência política	21
Figura 09 – Resultados – Posição política por tema.....	22
Figura 10 – Escala de tendência política	23
Figura 11 – Resultados – Tendência Política da Comunidade Escolar	24
Figura 12 – Resultados – Tendência política por grupo.....	24
Figura 13 – Resultados – Variáveis influenciadoras da tendência política “direita” ...	25
Figura 14 – Resultados – Variáveis influenciadoras da tendência política “esquerda”	26
Figura 15 – Resultados – Detalhamento sobre grupo “de direita”	27
Figura 16 – Resultados – Perfil de respostas para pergunta “Para você, para que serve a escola?”	29
Figura 17 – Resultados – Nuvem de Palavras 1 “Para você, para que serve a escola?”	30
Figura 18 – Resultados – Nuvem de Palavras 2 “Para você, para que serve a escola?”	31

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. CONTEXTUALIZANDO O MOVIMENTO “ESCOLA SEM PARTIDO” ...	11
3. ANÁLISE DE DADOS: HÁ DOCTRINAÇÃO IDEOLÓGICA NAS ESCOLAS?	18
3.1 Caracterização do grupo pesquisado	19
3.2 Perfil político das comunidades escolares	21
3.3 As comunidades escolares apoiam o Escola sem Partido?.....	28
4. EDUCAÇÃO COMO CAMPO DE BATALHA DE OUTRAS DISPUTAS....	32
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PARTIDO DO ESCOLA SEM PARTIDO..	37
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	44

1. INTRODUÇÃO

Acusando professores de doutrinação ideológica, em uma cruzada contra os debates de gênero, sexualidade, classe e raça nas escolas, o movimento Escola Sem Partido (ESP) ganhou relevância no campo da educação no Brasil a partir de 2014. Na época, os irmãos Bolsonaro propuseram os primeiros projetos de lei com conteúdo de intimidação aos docentes que trabalhassem temas que “ferem a moral dos pais”. A ideia foi ganhando volume, a despeito da completa inexperiência dos principais porta vozes dos projetos em políticas educacionais.

Desde então, muitos especialistas em Educação já se debruçaram sobre a questão, apontando diversas controvérsias pedagógicas, jurídicas e éticas sobre o conteúdo do projeto ESP e o discurso de seus defensores. Um tema é recorrente nessas análises: não há um enfoque relevante em levantamentos sistemáticos que apontem se o problema da “doutrinação ideológica” efetivamente existe e a percepção de estudantes, pais e professores. É na contribuição com essa abordagem subutilizada que esta pesquisa pretende apresentar uma contribuição.

Para isso, foi realizado um *Survey*¹ focado em identificar como grupos chave das comunidades escolares – pais², professores e estudantes – identificam o trabalho dos professores em sala de aula no que tange a possibilidade de uso desse espaço para doutrinação e quais suas expectativas sobre a escola. Foi aplicado, ainda, um teste de posicionamento político e um questionário socioeconômico junto aos respondentes afim de verificar a distribuição social e política dessas percepções.

Com esse tipo de análise foi possível compreender tanto o perfil social daqueles que corroboram com as opiniões ESP, quanto dimensionar o tamanho desse grupo de possíveis apoiadores. São majoritariamente pais de estudantes de escola privada, homens e brancos. Essa identificação de perfil social dos partidários do ESP trouxe um ganho de objetividade para o apontamento de quais são as disputas reais que este grupo vem impulsionando no campo da educação no Brasil.

¹ A realização de um *Survey* é um método de levantamento extensivo de informações. Ele é especialmente útil para analisar determinações sociais das condutas de um determinado grupo. (HAGUETE, 1995, p. 130). Através desse método é possível coletar informações como características e opiniões de um determinado grupo e examinar a relação entre as variáveis coletadas. Em geral trabalham uma porção da população para qual seja possível generalizar apontamentos sobre o todo. (GLASOW, 2005).

² O termo “pais” é usado nessa pesquisa para agrupar responsáveis por estudantes em geral: pais, mães e demais pessoas responsáveis pelo acompanhamento da vida escolar dos estudantes. No questionário respondido essa definição foi explicitada aos respondentes.

A defesa da neutralidade que paira na superfície dos discursos do movimento ESP é como a ponta de um iceberg: representa não mais que 10% do todo. São, entretanto, os 90% submersos que realmente definem a verdadeira estrutura desse iceberg político-cultural que se organiza para impor ao sistema educacional brasileiro a moralidade de seus militantes, a despeito de não representarem a pluralidade da população.

Essa é uma constatação que ratifica que o movimento ESP é o *front*, no campo da educação, de uma disputa mais ampla: a reação conservadora aos embates que vem sendo travados ao longo dos últimos anos contra as estruturas de poder mais enraizadas e constituintes da sociedade brasileira perceptíveis nos avanços de pautas como os direitos das mulheres e o combate ao racismo e à homofobia – temas cuja presença na escola é rechaçada pelo ESP.

As reflexões de Pierre Bourdieu sobre sistemas de ensino fundamentam de forma decisiva esse raciocínio quando apontam que “[...] os esquemas que organizam o pensamento de uma época só se tornam inteiramente compreensíveis se formem referidos ao sistema escolar, o único capaz de consagrá-los [...], pelo exercício, como hábitos de pensamento comuns a toda uma geração” (BOURDIEU, 2007, p. 208).

É pelo medo dessa capacidade dos sistemas escolares que o ESP se articula para blindar as escolas de qualquer debate que possa questionar o *modus operandi* das relações de poder na sociedade brasileira, ainda mergulhadas em nossas heranças coloniais racistas e patriarcais e, por isso, profundamente violenta, especialmente com os grupos desprovidos de poder. Esse raciocínio caminha em diálogo com as reflexões de Jessé Souza, que aponta de forma muito lúcida que os donos do poder no Brasil pretendem perpetuar uma sociedade cruel forjada na escravidão.

Para aprofundar essas discussões, o presente trabalho vai se estruturar em três eixos principais: primeiro uma análise geral do Escola Sem Partido com o objetivo de caracterizar o movimento e contextualizar brevemente o leitor, considerando a qualidade e quantidade da literatura já disponível sobre o tema.

Em um segundo momento será feita uma análise gráfica e qualitativa dos dados obtidos através do Survey realizado, bem como algumas questões metodológicas dessa coleta de dados.

No terceiro eixo será feito um diálogo entre o resultado da análise de dados e as reflexões de Jessé Souza sobre a formação da sociedade brasileira, no intuito de compreender a gênese do grupo social que defende o ESP, também de Pierre Bourdieu sobre o papel de integração cultural exercido pela escola.

2. CONTEXTUALIZANDO O MOVIMENTO “ESCOLA SEM PARTIDO”

“Escola sem Partido, é uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras.” (“Sobre Nós”, site Escola Sem Partido). É com essa declaração que o movimento se apresenta em seu site¹, um dos espaços onde essa pesquisa começou em 2019. No ar desde 2004, o espaço reúne diversos tipos de conteúdo, como instruções, vídeos e artigos de apoiadores, além de incentivar o uso de um canal de denúncias no qual reúnem alguns “casos de doutrinação”.

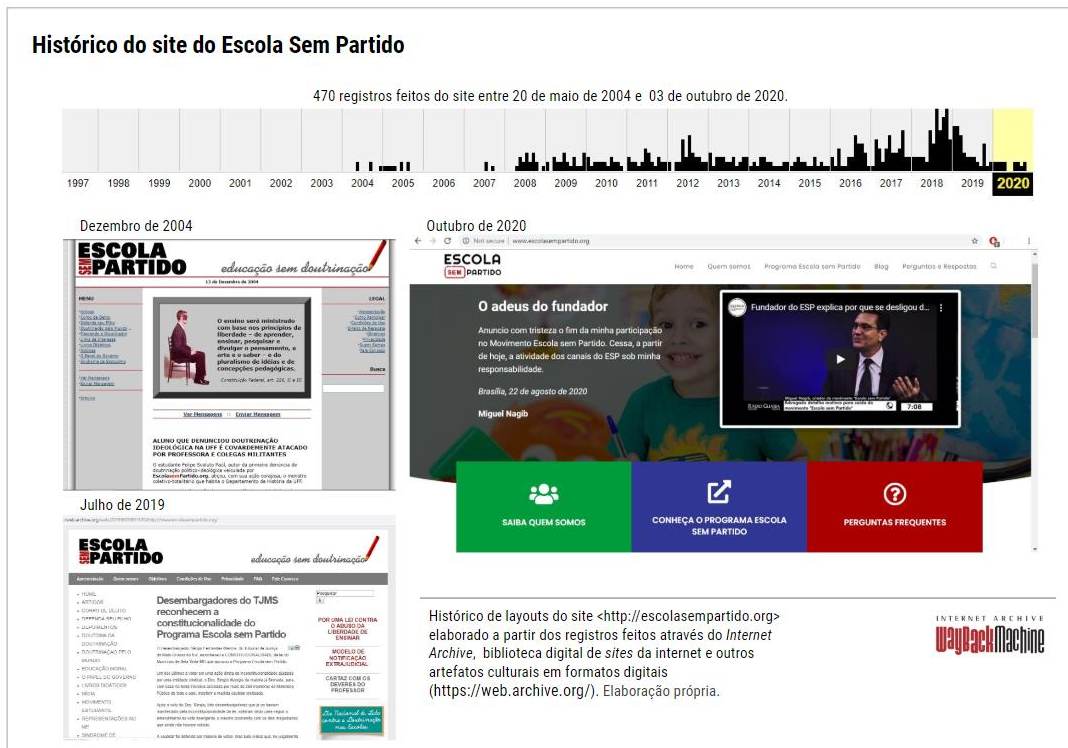
Segundo Miguel Nagib, idealizador do Escola sem Partido e Procurador do Estado de São Paulo, o movimento que surgiu em 2004 como reação a um professor de História de sua filha que comparou Che Guevara a São Francisco de Assis, “é 100% apartidário” e tem dois objetivos: combater o uso do sistema educacional para fins políticos, ideológicos e partidários e defender o direito dos pais dos alunos sobre a educação moral de seus filhos [...]. Uma das primeiras ações do movimento foi disponibilizar um espaço para que alunos e pais pudessem relatar práticas de professores que exercem “doutrinação político-ideológica” em sala de aula e, de 2004 a 2016, conta com 42 relatos. Além disso, o movimento orienta as famílias, que se sentem lesadas pela prática de doutrinação, a processar professores e/ou escolas por danos materiais e morais sofridos e, a partir de 2014, elaborou e disponibiliza modelos de um anteprojeto de lei estadual e municipal que prevê a afixação em sala de aula de um cartaz contendo deveres do professor para que o “aluno saiba que tem o direito de não ser doutrinado por seus professores” (BICALHO; CUNHA; SANTA BÁRBARA, 2017, p. 106).

A argumentação do Escola Sem Partido parte ainda de uma premissa fundamental de que há uma hegemonia de esquerda nas escolas e que esse norte ideológico é responsável pelas feridas na moralidade defendida pelo movimento. A ação mais contundente do movimento tem sido nos últimos anos converter a defesa dessa moralidade ao status de lei, ação que ganhou mais espaço com a ascensão política de discursos conservadores como o de Jair Bolsonaro, que por muito tempo teve como um dos seus “carros chefe” a defesa as ideias do ESP.

Esse período de crescimento das propostas de lei em diversas esperas do poder legislativo é acompanhado tanto pelo crescimento do volume de conteúdo do site entre os anos de 2016 e 2019 quanto pela criação de muitas das páginas do ESP nas redes sociais, conforme apresentado nas imagens abaixo.

¹ <<https://www.escolasempartido.org/>>

Figura 01 – Histórico do site do Escola Sem Partido



Fonte: O autor, 2021.

Figura 02 – Páginas sobre o Escola Sem Partido na rede social Facebook



Fonte: O autor, 2021.

As propostas de lei do ESP têm sua redação focada em críticas à algumas temáticas presentes nos currículos, programas e livros didáticos, como gênero, sexualidade e raça, que segundo defensores da iniciativa, notadamente cristãos, são o foco principal de problemas da educação. Essas críticas aos conteúdos curriculares não são acompanhadas, entretanto, de debates no âmbito pedagógico.

Essa ausência de um debate objetivo acerca dos supostos problemas do currículo fica evidente nas duas primeiras propostas de lei ligadas ao ESP, de autoria de Flavio² e Carlos Bolsonaro³, na ALERJ (2974/2014) e na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro (867/2014) respectivamente, nas quais não é sequer citado o termo “currículo”. No PL⁴ 7180/2014, do Deputado Federal pelo estado da Bahia Pastor Erivelton Santana⁵, o termo aparece apenas no final, mas sem entrar em um debate sobre a questão. Nas versões mais recentes, como o PL 193/2016, do então senador Magno Malta, menciona-se apenas que a lei se aplica apenas “às políticas e planos educacionais e aos conteúdos curriculares”, assim como no PL, proposto pela Deputada Federal pelo Distrito Federal Bia Kicis⁶.

Todos esses projetos – e muitos outros propostos por todo o país – têm o mesmo conteúdo, com pouquíssimas diferenças na redação por serem fornecidos pelo próprio Escola sem Partido. As versões mais recentes divulgadas no site “programaescolasempartido.org”⁷ mencionam o termo “currículo” em apenas dois pontos do texto: o mencionado no parágrafo anterior e em um parágrafo único ao final das minutas de decretos.

² Atualmente filiado ao Patriota, em 2014 era filiado ao Progressistas (PP), entre essas filiações esteve também junto ao Partido Social Cristão (PSC), Partido Social Liberal (PSL) e Republicanos.

³ Atualmente filiado ao Republicanos, em 2014 era filiado ao Progressistas (PP), entre essas filiações esteve também junto ao Partido Social Cristão (PSC).

⁴ Projeto de Lei.

⁵ Filiado ao Partido Social Cristão (PSC) atualmente e na época do PL. Esteve também filiado ao Patriota entre 2016 e 2020.

⁶ Atualmente filiada ao Partido Social Liberal (PSL), em 2016 era filiada ao Partido Republicano Progressista (PRP).

⁷ “ESP versão 2.0” disponibilizada no site desenvolvido pelo movimento indicado como o “site do anteprojeto de lei”. Disponíveis em: <<https://www.programaescolasempartido.org/municipal>>. Acessados em 29/06/2019 - 12:28. Atualmente o site não está mais no ar, mas ainda é possível acessar através do Wayback Machine.

Figura 03 – Divulgação de minutas de projetos de lei pelo Escola Sem Partido



Fonte: O autor, 2021.

Parágrafo único. Verificando a existência, no currículo, no projeto pedagógico ou no material didático, de conteúdos que estejam em conflito com os princípios constitucionais e legais em que se baseia o presente Decreto, o professor deverá abster-se de ministrá-los, comunicando o fato à Secretaria de Educação. (MINUTA DE DECRETO MUNICIPAL, 2017, não paginado).

Embora as minutas deixem em aberto quais seriam esses conteúdos conflituosos, os temas criticados pelo ESP são explicitados em diversos discursos do grupo e de seus defensores, sendo notadamente, como já mencionado, gênero, sexualidade, raça e o que nomeiam como “ideologias de esquerda”.

É possível ver todos esses elementos na *live* publicada nas redes sociais do ESP em agosto de 2020⁸ chamada "O Escola sem Partido e o STF - Live 2" na qual foi debatida a ação do Supremo Tribunal Federal que julgou inconstitucional lei alagoana do Escola Sem Partido. No vídeo Miguel Nagib⁹ e convidados reforçam que o mote central do discurso é a ideia de *doutrinação ideológica de esquerda* e de *ideologia de gênero*. Segundo eles, crianças são incapazes de compreender esse assunto que apontam ter um nível alto de complexidade.

Essa noção de “ideologia de gênero” tem sido frequentemente acionada por grupos que combatem ações e debates “[...] que giram em torno da saúde reprodutiva das mulheres, da educação sexual ou do reconhecimento de identidades não heterossexuais, entre outras questões.” (MISKOLCI e CAMPANA, 2017, p. 725-726). Os propulsores da ideia de que gênero – conceito que é objeto de análise acadêmica há algumas décadas – é uma ideologia são

⁸ Vídeo publicado em 05/08/2020, assistido em 16/08/2020.

⁹ Miguel Nagib é advogado conhecido por ser um dos principais articuladores do Escola Sem Partido no Brasil e figura na maioria dos conteúdos e páginas de defesa do movimento desde 2004.

essencialmente religiosos, fundamentalmente católicos e evangélicos. Consideram os avanços de direitos sexuais e reprodutivos uma ameaça à suas concepções morais de sociedade – moralidade essa que são a base de sua argumentação. No escopo do ESP se engajam na retirada do debate acadêmico sobre gênero do currículo.

Com suas críticas mais afiadas reservadas ao trabalho dos professores, Nagib chega a afirmar ainda que

Não existe nos cursos de formação de professores [...] uma disciplina obrigatória de ética do Magistério. Então os professores nunca são levados a refletir eticamente sobre aquilo que eles estão fazendo, pelo contrário. Eles são levados a imitar os seus professores, que por sua vez imitaram os seus próprios professores e começam a doutrinar sempre. E isso é o exemplo que eles receberam de seus mestres e aí repetem com seus alunos. [...] O Escola Sem Partido está descortinando um universo de ética profissional que os professores não enxergavam e a sociedade de forma uníssona praticamente reprova esse tipo de comportamento. (O Escola sem Partido e o STF - Live 2, 2020).

Para Fernando Penna (2017), Professor Doutor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense que tem se dedicado ao estudo do movimento, há quatro elementos centrais do discurso do ESP: uma concepção de escolarização, na qual o professor não é um educador, mas um instrutor dos alunos que não pode falar sobre a realidade dos mesmos ou fazer associações ao contexto político nacional ou internacional, tampouco pode mobilizar valores; a desqualificação do professor, com as afirmações de que os pais não precisam confiar nos professores e que podem se “defender” com base em critérios do Código de Defesa do Consumidor – classificando a Educação como uma mercadoria; o uso de estratégias discursivas fascistas, como as referências desumanizadoras aos professores como parasitas, vampiros, carrapatos; e a defesa do poder total do pais sobre os filhos, ponto muito ligado ao tema de gênero, abominado pelos defensores da iniciativa, que afirmam que “os professores estariam usurpando a autoridade moral dos pais” (PENNA, 2017, p. 45).

Dessas análises sobre os conteúdos compartilhados pelo ESP um tema chamou atenção: não há identificação dos responsáveis pela manutenção, produção e seleção de conteúdos do site. O mais próximo disso são as frequentes menções à Miguel Nagib, que costuma figurar como líder teórico – se é possível se referir dessa forma, considerando a quase inexistência de produção acadêmica pró ESP.

O incômodo com essa ausência de indicação direta das pessoas envolvidas resultou em um ponto chave da linha de raciocínio deste trabalho: a elaboração de um mapa fotográfico dos

responsáveis pelos principais conteúdos do site oficial¹⁰ do movimento, o “www.escolasempartido.org”. Isso significou buscar fotos dos autores dos artigos, vídeos e blogs indicados em maior destaque, traçando assim um perfil dessa voz conservadora.

Figura 04 – Perfil visual dos principais mencionados como referência no site do ESP



Fonte: O autor, 2021.

O retrato formado pelos contribuidores no site apresentou um claro padrão: o conteúdo é produzido por pessoas brancas, majoritariamente homens e em grande maioria sem formação acadêmica em Educação ou áreas correlatas. Do que se deduz que as ideias ali propagadas tendem a refletir o que são anseios próprios desse grupo social.

No discurso do movimento em geral há uma associação frequente de que as ideias defendidas pelo grupo são posicionamentos da sociedade em geral. Essa premissa foi alvo do levantamento de dados dessa pesquisa, já que não há evidências de que essa visão de mundo se repete em todos os grupos que compõem a sociedade brasileira. Segundo Nagib,

A sociedade repudia esse tipo de comportamento por parte dos professores, os pais não aceitam e são pais com pontos de vista e com, vamos dizer assim, com convicções políticas, ideológicas e religiosas muito diferentes. E eles repudiam esse tipo de abuso porque ninguém quer que o seu filho seja educado por um terceiro. Os pais reivindicam, com justiça, o direito de educar seus próprios filhos. (O Escola sem Partido e o STF - Live 2, 2020).

¹⁰ O site é considerado oficial porque, para além de ser o mais antigo e referenciado nas diversas outras redes sociais do ESP, esse site é registrado junto ao CNPJ do Escola Sem Partido, cujo endereço associado no cadastro da Receita Federal é uma casa de luxo no Lago Norte, em Brasília e o celular cadastrado é o de Miguel Nagib.

A falta de evidência sobre essas afirmações se coloca até mesmo em falas mais recentes de Nagib. Em entrevista concedida à Rádio Guaíba em 25/08/2020¹¹ ele afirma que não tinha apoio e que o tema não está na cabeça da sociedade. Segundo ele por falta de suporte de pessoas de maior influência como políticos e artistas. Nessa entrevista ele explica, inclusive, que esses são os motivos de sua saída do movimento, atualmente anunciada em destaque no site – que nesse mesmo momento de saída foi totalmente repaginado para um layout mais moderno após um período breve fora do ar¹².

São essas diversas premissas do discurso propagado pelo Escola Sem Partido que essa pesquisa pretende explorar – a predominância do posicionamento político comunista nas escolas, a substituição dos conteúdos curriculares por “doutrinação ideológica”, o lugar dessa “doutrinação ideológica” como principal problema da educação no Brasil, essa suposta percepção majoritária dos pais de que professores tentam doutrinar seus filhos.

Muitas análises de grande qualidade foram produzidas nesse tema nos últimos anos, entretanto fica em aberto um levantamento quantitativo de percepção das comunidades escolares sobre o tema, que vá além das experiências pessoais e que sejam focadas em responder perguntas chave desse debate, como: há uma doutrinação ideológica sendo feita nas escolas? Há uma hegemonia de esquerda nas escolas? E, além disso, há padrões sociais e econômicos nos grupos que defendem cada uma dessas ideias? Quem são os defensores do ESP?

¹¹ (Fundador do ESP explica por que se desligou do Movimento, 2020)

¹² Ver imagem 1, Histórico do site do Escola Sem Partido.

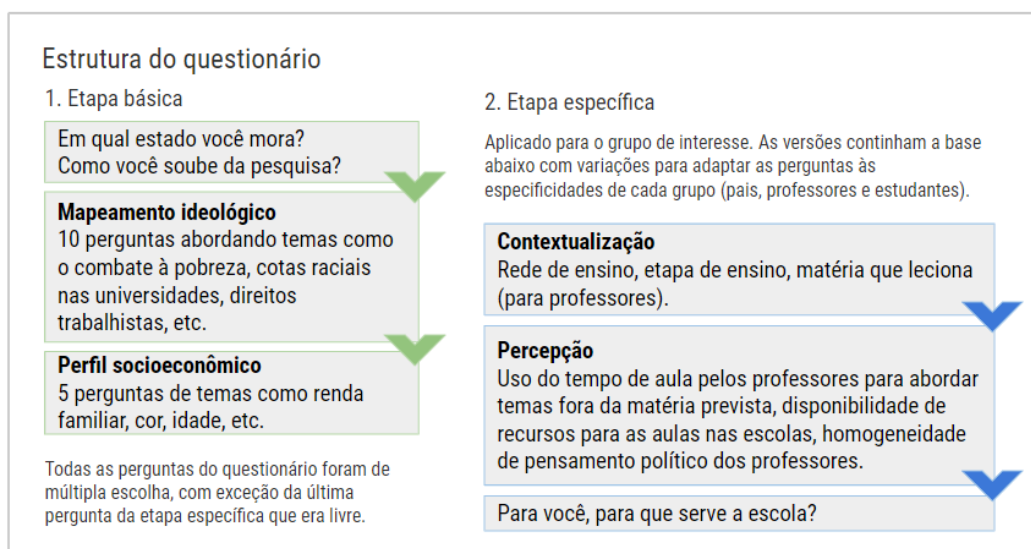
3. ANÁLISE DE DADOS: HÁ DOCTRINAÇÃO IDEOLÓGICA NAS ESCOLAS?

A partir de uma revisão bibliográfica e da análise dos conteúdos publicados nos veículos de comunicação do ESP foi identificada uma lacuna no já considerável acervo de estudos produzidos nos últimos anos sobre o tema¹⁵: não há levantamentos quantitativos atuais sobre as tendências políticas nas escolas, tampouco sobre as percepções das comunidades escolares sobre o trabalho dos professores.

Para apresentar uma contribuição no preenchimento dessa lacuna, o trabalho fundamental dessa pesquisa foi a realização de um *Survey*. O levantamento mapeou a percepção de pais, estudantes e professores sobre temas chave desta discussão, como a função da escola e o trabalho realizado pelos professores em sala de aula. Também foram coletados dados socioeconômicos e de perfil político dos respondentes permitindo a análise dessas percepções em diálogo com variáveis como faixa de renda familiar, cor, gênero e tendência política¹⁶.

O questionário aplicado foi dividido em dois eixos. A etapa básica para todos os respondentes e a etapa específica para aqueles que se identificaram como pais, estudantes ou professores da educação básica – grupo de interesse desta pesquisa que convencionaremos chamar aqui de *comunidades escolares*. No diagrama abaixo é possível visualizar o conteúdo de cada uma dessas partes do questionário.

Figura 05 – Questionário



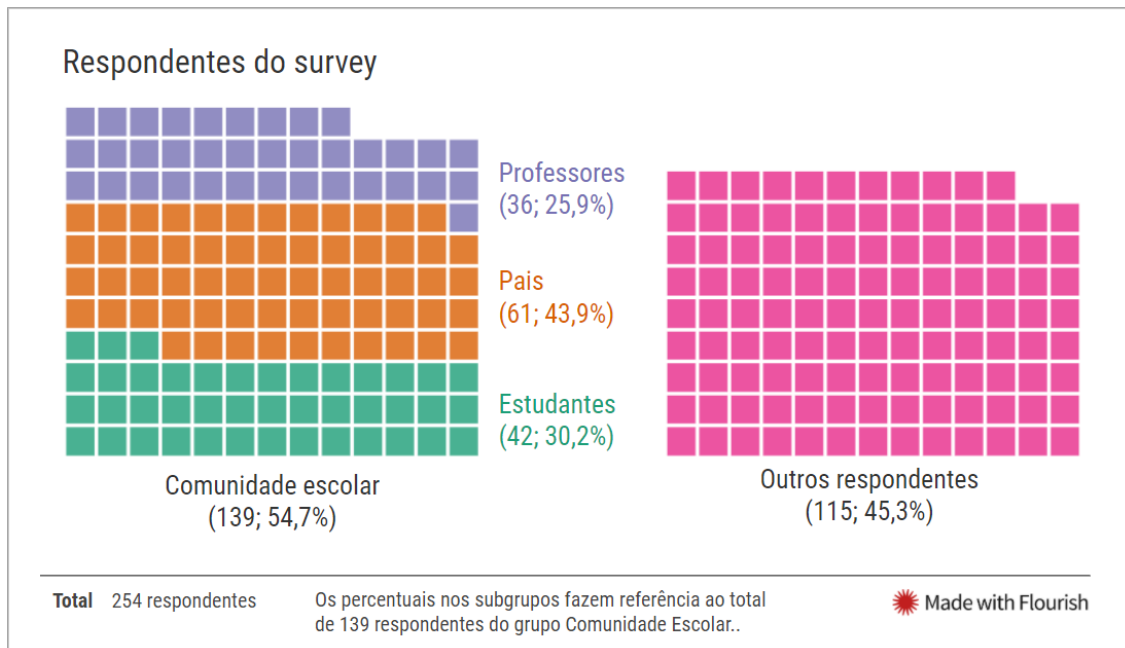
Fonte: O autor, 2021.

¹⁵ São exemplos os diversos artigos compilados nos livros “A ideologia do Movimento Escola Sem Partido” e “Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira”.

¹⁶ O questionário completo está disponível no apêndice A.

No total, foram coletadas 254 respostas, sendo 139 delas das comunidades escolares. Para analisá-las, esse capítulo será dividido em três partes: (1) uma caracterização geral dos respondentes das comunidades escolares; (2) detalhes sobre o perfil político de pais, professores e estudantes e; (3) percepções destes respondentes sobre o trabalho dos professores, a qualidade das aulas e a função da escola.

Figura 06 – Respondentes



Fonte: O autor, 2021.

3.1 Caracterização do grupo pesquisado

As respostas chegaram majoritariamente do Sudeste (75,5%) e um percentual significativo da rede privada (46%). Quando comparamos esse cenário com os dados das matrículas na Educação Básica¹⁷, verifica-se que há uma concentração maior dessa região, visto que apenas 39% das matrículas no Brasil são do Sudeste. O percentual ligado à rede privada também é superior: em 2019 as matrículas da rede privada somaram 23% do total no Sudeste e 19% no Brasil.

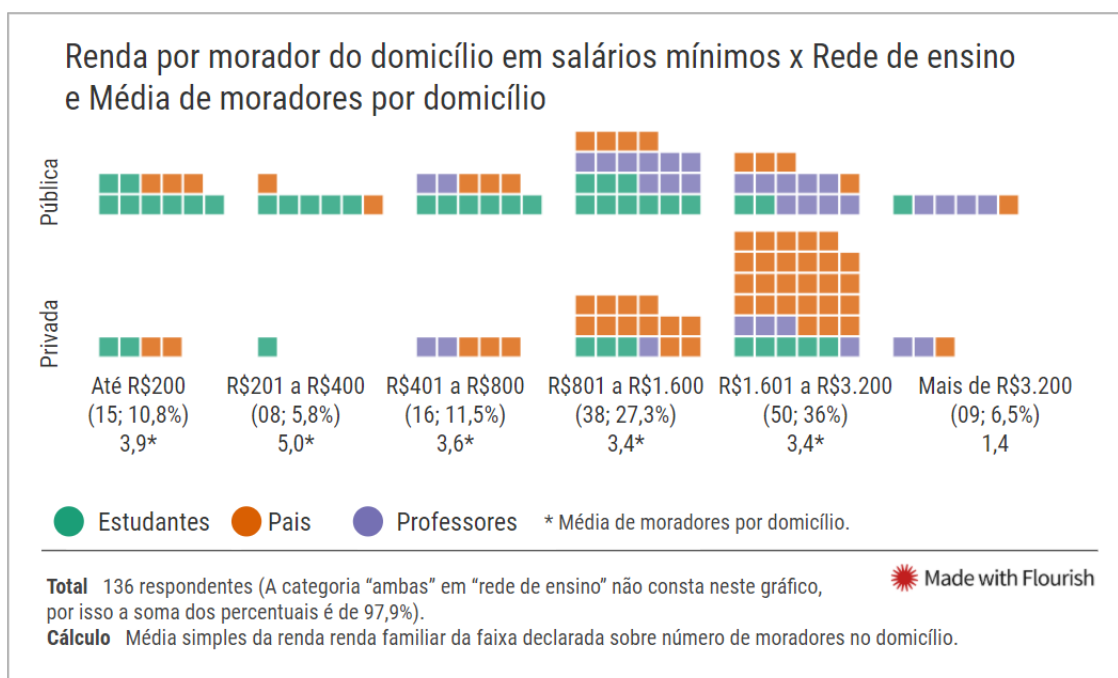
É também um grupo mais feminino, com 60,4% de mulheres, e mais branco, com 58,3% de respondentes brancos e 39,5% pretos¹⁸. A faixa etária variou de forma conectada ao perfil dos grupos, com os estudantes concentrados entre os mais jovens, pais entre 30 e 59 anos e professores distribuídos nas diversas faixas.

¹⁷ Dados do Censo Escolar (INEP, 2019).

¹⁸ Soma de pretos e pardos.

Já em termos de renda os dados apresentam uma pequena concentração em faixas mais altas. Cerca de 33% dos respondentes podem ser considerado parte das classes D ou E¹⁹, enquanto na população em geral esse percentual é de 55%. Já a classe C²⁰, que representa em torno de 30% da população, nestes dados alcança 46%. Essa variação se conecta ao volume de respondentes que são estudantes ou pais de estudantes de escolas particulares, já que estes representam 40% do grupo “comunidades escolares” e 70% daqueles em faixas de renda familiar acima de 3 salários-mínimos²¹.

Figura 07 – Renda, rede de ensino e média de moradores por domicílio



Fonte: O autor, 2021.

Esse detalhamento dos dados obtidos nos leva ao recorte para o qual os resultados dessa pesquisa poderão ser generalizados: a região sudeste do Brasil, mais especificamente os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, com uma tendência ao cenário das escolas particulares quando olhamos mais especificamente para os pais. A partir desse recorte foi feito o cálculo da margem de erro, que é de 8% para mais ou para menos, com grau de confiança de 95%²².

¹⁹ Renda domiciliar per capita de até R\$1.892,65. Dados da FGV Social publicados pela revista Valor Econômico (BÔAS, 2019).

²⁰ Renda domiciliar per capita de R\$1.892,65 a R\$8.159,37. Dados da FGV Social publicados pela revista Valor Econômico (BÔAS, 2019).

²¹ Foi solicitado aos respondentes que considerassem o salário mínimo como R\$1000 para facilitar os cálculos e, com isso, a qualidade da informação passada.

²² O Cálculo da margem de erro da pesquisa foi feito através da ferramenta oferecida pelo *Survey Monkey*, acessada em 25/06/2020. 00:03, disponível em: <<https://pt.surveymonkey.com/mp/margin-of-error-calculator/>>. Além disso, para estimar o que seria o universo da pesquisa, foram considerados dados de matrículas de estudantes e professores das redes de ensino de São Paulo e Rio de Janeiro disponibilizadas pelo INEP na Sinopse Estatística da Educação Básica do Censo Escolar de 2019.

3.2 Perfil político das comunidades escolares

Para compreender o perfil político das comunidades escolares o questionário aplicado contou com um teste de posicionamento político²³ com 10 perguntas sobre temas como cotas, trabalho, sexualidade, violência e outros que costumam se apresentar de forma polarizada no debate público.

Figura 08 – Questionário sobre tendência política

Levantamento de tendência política			
Tema	Opções de resposta		
Violência e defesa do cidadão	O cidadão deve ter direito ao porte de arma para garantir sua segurança e a de sua família.	Pena de morte	O cidadão pensa duas vezes antes de cometer crimes hediondos em sociedades que adotam penas de morte.
	O direito ao porte e o acesso facilitado às armas somente aumentam a violência.		A pena de morte não reduz a violência; programas de ressocialização são mais eficientes.
Combate à pobreza	Programas sociais de combate à pobreza e geração de renda são privilégios e não benefícios, que estimulam à ociosidade.	Migração	Movimentos migratórios dentro do país prejudicam regiões mais ricas, e aumentam a pobreza e a violência.
	Programas sociais de combate à pobreza e geração de renda diminuem a desigualdade social e proporcionam inclusão social.		Movimentos migratórios dentro do país contribuem para o desenvolvimento dos estados e aumentam a oferta de mão de obra.
Cotas raciais nas universidades	O ingresso das universidades públicas deve obedecer à meritocracia; o estudante precisa garantir sua vaga por merecimento e não por cotas.	Movimento sindical	Os sindicatos são instituições que atuam apenas como instrumento político de partidos.
	O programa de cotas corrige um erro histórico no acesso às universidades públicas e garante a possibilidade do ingresso desses grupos ao ensino superior.		Os sindicatos são instituições importantes para a defesa dos direitos dos trabalhadores.
Direitos trabalhistas	Para garantir o emprego, se necessário, o trabalhador deve ceder à nova realidade econômica e abrir mão de parte dos direitos trabalhistas em prol da saúde econômica.	Redução da maioria penal	Jovens que cometem crimes precisam ser punidos como adultos; a atual legislação estimula a impunidade.
	Todos os direitos trabalhistas conquistados no país sempre devem ser preservados.		Jovens que cometem crimes devem ser ressocializados; tirar do convívio social apenas não significa que o jovem será recuperado.
Tributos	A carga tributária brasileira precisa ser revista e reduzida. O empresariado não pode ser taxado em excesso para gerar recursos que financiam a máquina administrativa e programas de inclusão.	Homossexualidade	Leis que garantam direitos civis aos homossexuais serão privilégios para uma minoria.
	Impostos devem ser mantidos para financiar programas de inclusão social, educação pública de qualidade e o sistema público de saúde.		É necessário termos leis que garantam os direitos da população LGBT, já que são constantemente violados.

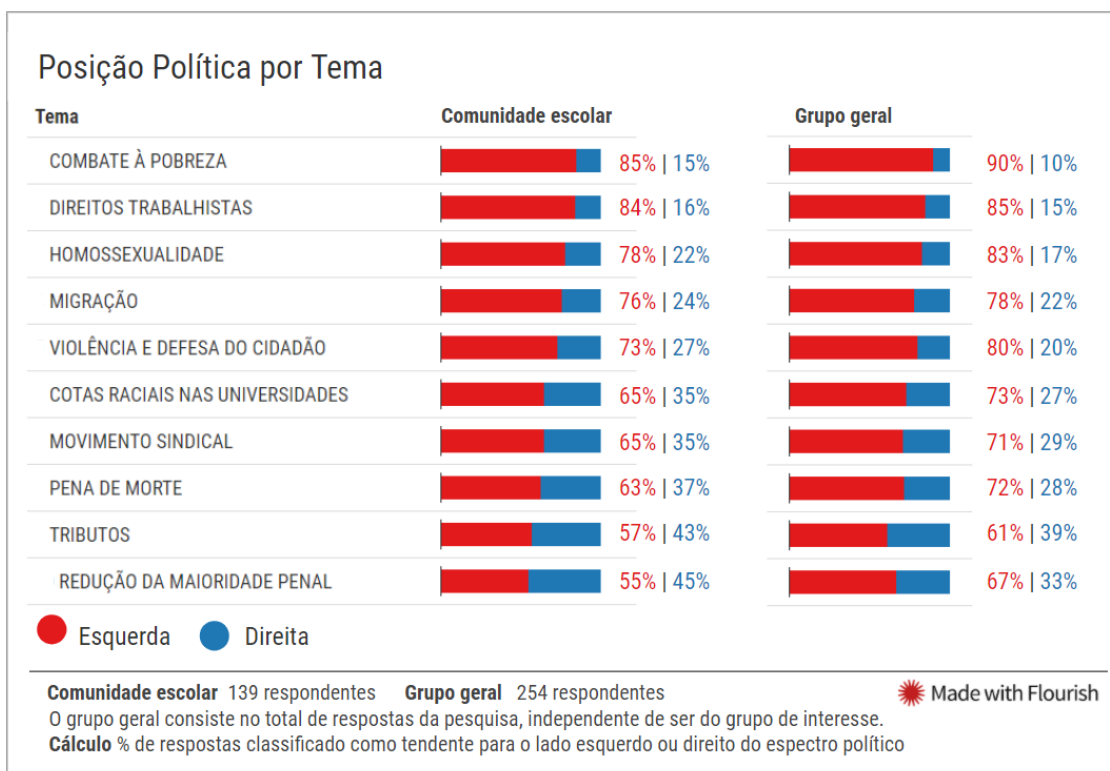
Fonte: Elaboração própria. Perguntas adaptadas de O Globo, 2015.

● Esquerda ● Direita

Fonte: O autor, 2021.

Para essas perguntas foram oferecidas duas opções de respostas, uma “à esquerda” e outra “à direita”. Essa classificação não foi exposta às pessoas que responderam ao questionário, elas visualizaram apenas as duas opções disponíveis. Nesse tema é relevante fazer uma ressalva quanto à limitação desses conceitos para enquadrar posicionamentos políticos de forma mais complexa. Entretanto, essas classificações são essenciais para compreender tendências, justamente o objetivo da aplicação deste questionário.

²³ As perguntas foram retiradas de um *quiz* disponibilizado no site do jornal O Globo (O GLOBO, 2015), com pequenas adaptações.

Figura 09 – Resultados – Posição política por tema

Fonte: O autor, 2021.

A grande maioria das respostas das comunidades escolares foi à esquerda. Para os temas de *combate à pobreza* e *direitos trabalhistas*, mais de 80% das pessoas optaram por esse perfil de respostas. Sobre os assuntos *pena de morte*, *movimento sindical*, *cotas raciais*, *violência e defesa do cidadão*, *migração* e *homossexualidade* as opções à esquerda foram selecionadas por 60% a 80% dos respondentes. *Tributos* e *redução da maioria penal* foram os temas com mais respostas à direita, ainda assim, mais de 50% dos respondentes selecionaram a resposta “de esquerda”.

A partir desse questionário cada pessoa foi classificada de acordo com a quantidade de respostas “de direita” e “de esquerda” pelas quais optou, em uma escala com 5 possibilidades de perfil: esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e direita. Na imagem a seguir é possível observar graficamente a forma como foi feita essa classificação.

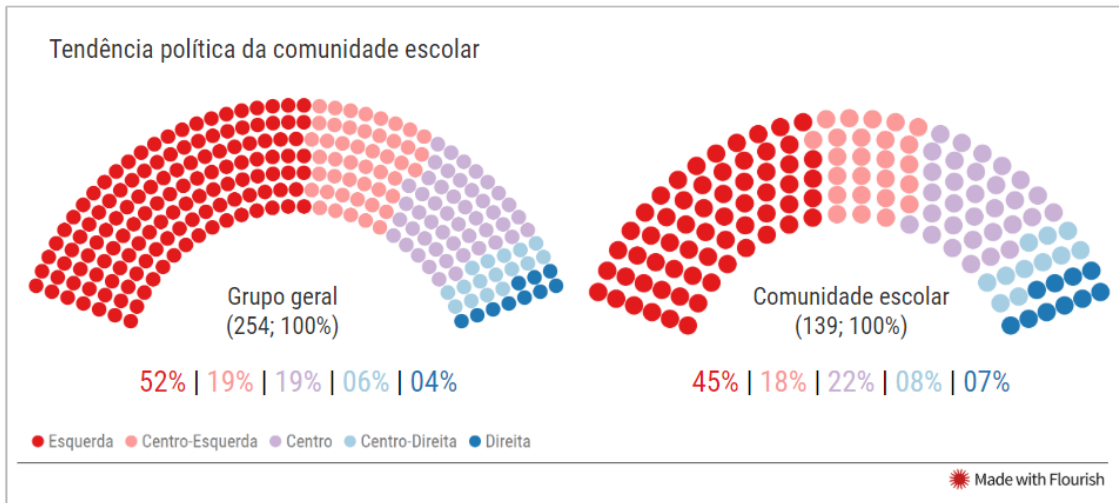
Figura 10 – Escala de tendência política



Fonte: O autor, 2021.

Com essa classificação foi possível identificar que tanto as respostas em geral, quanto as das comunidades escolares apresentam uma concentração maior à esquerda, 52% e 45% respectivamente. Nas comunidades escolares, entretanto, há um aumento entre as pessoas de centro, centro-direita e direita, como é possível observar no gráfico abaixo, que apresenta a distribuição das pessoas em cada uma das categorias. Dessa forma, foi possível verificar que a escola não destoava do resto da sociedade em relação ao posicionamento político, como afirma o ESP – isso porque sua tendência à esquerda está alinhada à da sociedade em geral, conforme pode ser observado no gráfico a seguir.

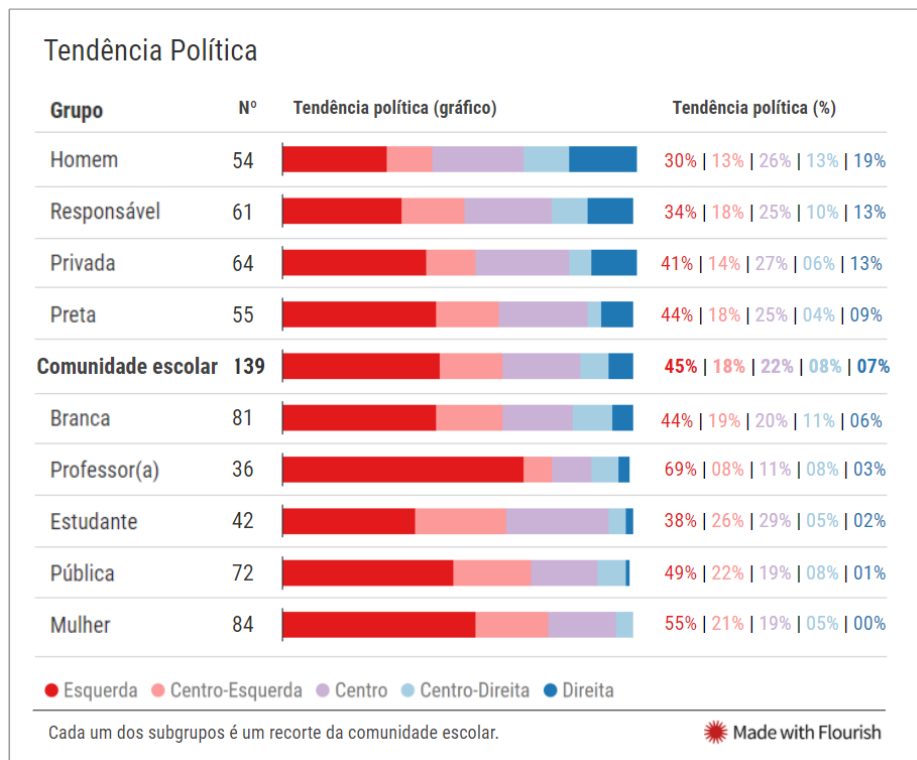
Figura 11 – Resultados – Tendência Política da Comunidade Escolar



Fonte: O autor, 2021.

Para compreender melhor esse desvio ao centro e à direita das comunidades escolares os dados foram abertos em recortes como sexo, cor e relação com a educação. Com isso, conforme apresenta o gráfico abaixo, foi possível identificar que os principais grupos que puxam essa tendência à direita são homens, responsáveis por estudantes e pessoas ligadas às escolas particulares.

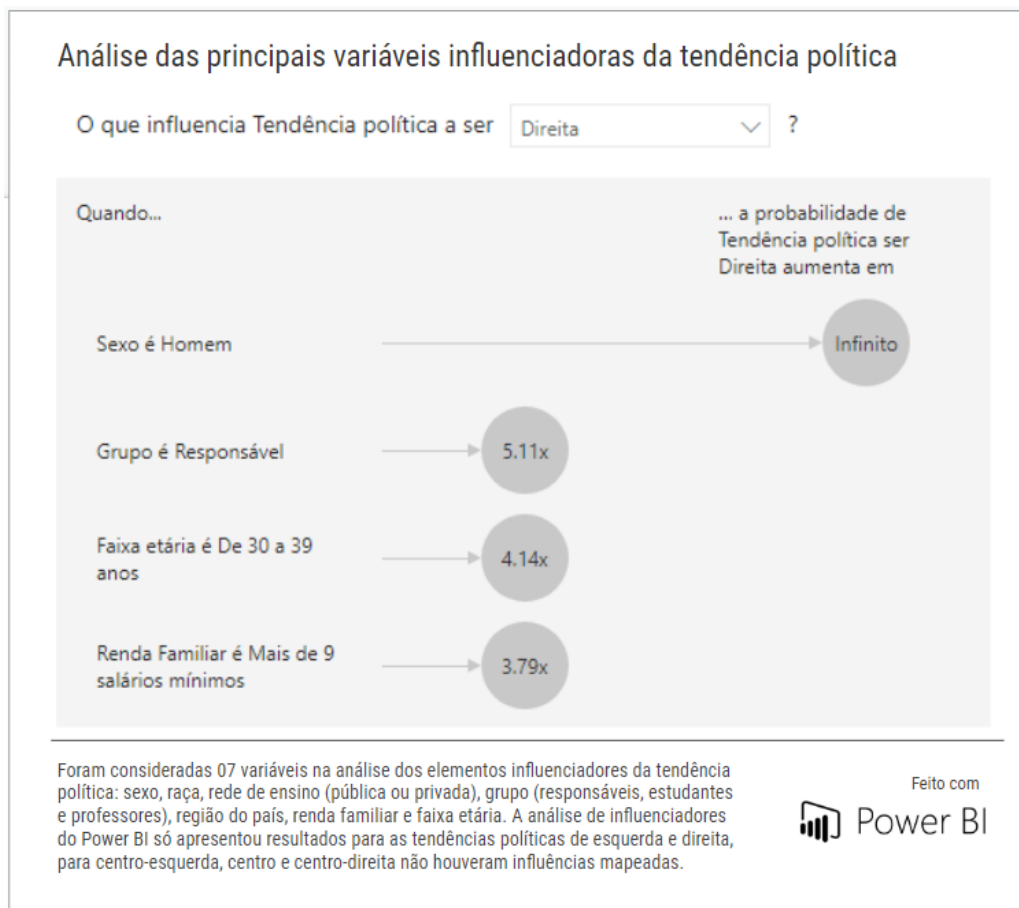
Figura 12 – Resultados – Tendência política por grupo



Fonte: O autor, 2021.

Para ratificar essa percepção, o banco de dados foi submetido à uma análise automática do software *Microsoft Power BI* que verifica as principais variáveis influenciadoras de um determinado indicador. A análise desses gráficos trás elementos muito interessantes à discussão.

Figura 13 – Resultados – Variáveis influenciadoras da tendência política “direita”



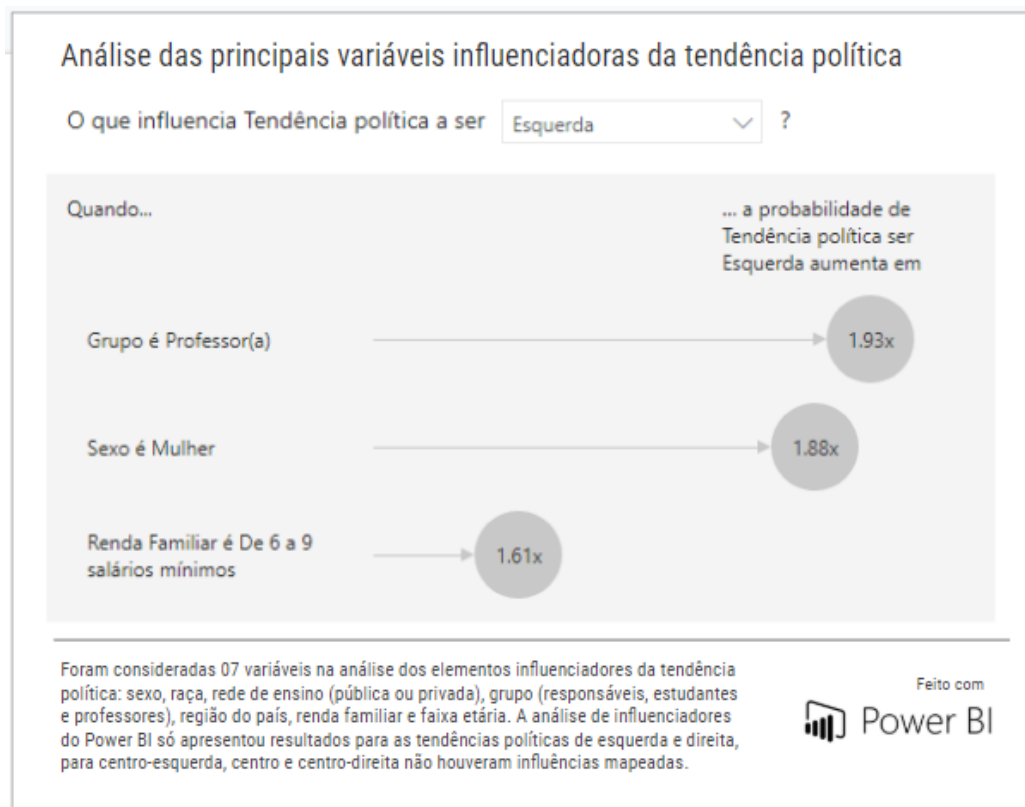
Fonte: O autor, 2021.

Um primeiro ponto é a intensidade da relação entre a variável sexo “Homem” e o indicador de tendência política “Direita”, que vem reforçar a primeira percepção gerada a partir do mapa visual de colaboradores do site do ESP apresentado no capítulo anterior – se tratam majoritariamente de homens. Há ainda a probabilidade 5 vezes maior de que um responsável de estudante de escola particular seja de direita. Trata-se de um dado que fala com mais ênfase sobre as escolas particulares porque mais de 72% dos responsáveis que responderam a pesquisa tem seus filhos matriculados nessa rede.

Já as variáveis que influenciam o indicador tendência política a ser “Esquerda” são sexo “Mulher” e grupo “Professores”. Entretanto, essa probabilidade não chega a ser de 2 vezes maior para cada uma dessas variáveis, conforme é apresentado no gráfico abaixo. Em resumo, existe uma pequena probabilidade de que professores e mulheres tenham suas ideias penderes

à esquerda do espectro político e homens e responsáveis, especialmente de escolas particulares, apresentam uma tendência intensa de se posicionarem à direita.

Figura 14 – Resultados – Variáveis influenciadoras da tendência política “esquerda”



Fonte: O autor, 2021.

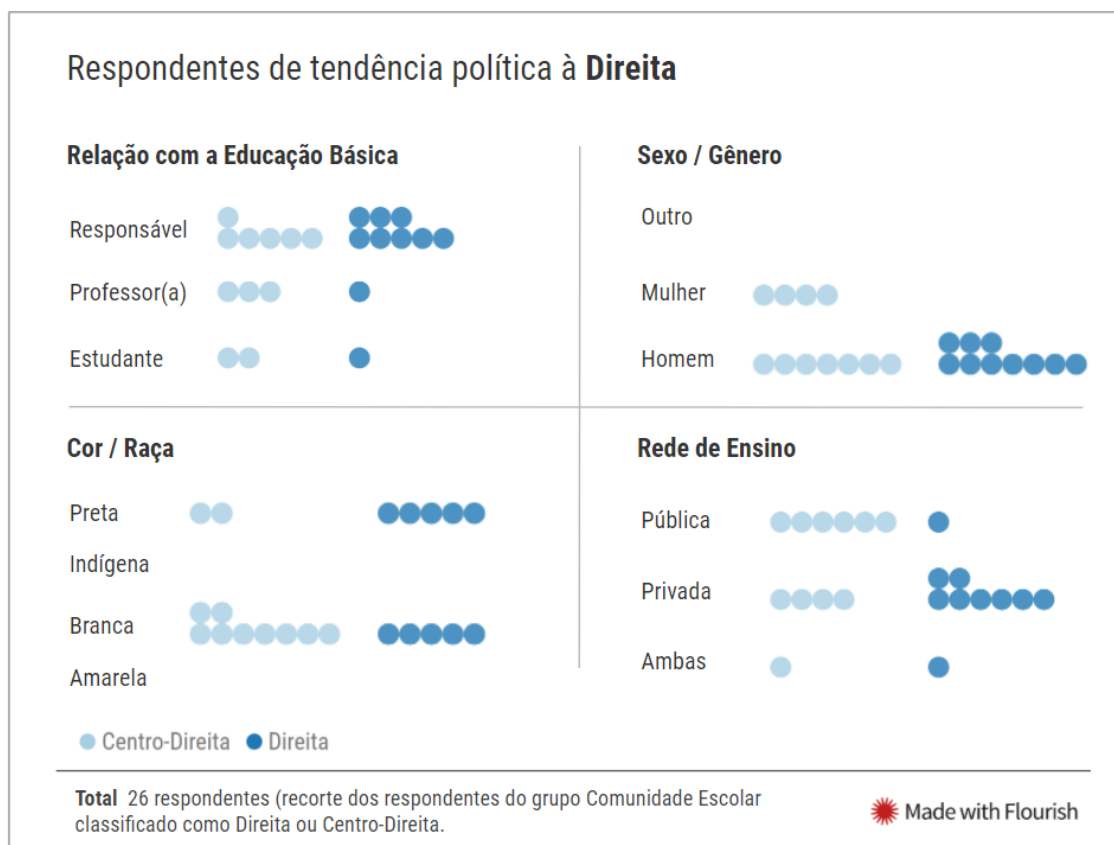
Dois grupos se destacaram nesses resultados das comunidades escolares e, por isso, passaram por uma análise mais detalhada dos dados coletados. O grupo classificado como “Direita” e “Centro-Direita”, por representar apenas 15% do total. Também o grupo “Professores”, por apresentar o percentual de respondentes classificados como “Esquerda” 24 pontos percentuais acima da média da comunidade escolar (ver gráfico “Tendência Política”).

No caso dos respondentes à Direita e Centro-Direita, as características mais marcantes são o fato de serem responsáveis por estudantes, brancos e ligados majoritariamente à rede privada. Esses grupos apresentaram nas respostas qualitativas discursos mais conectados ao ESP, conforme veremos mais à frente. Além disso, é relevante destacar que esses grupos de direita são minoria tanto na média das comunidades escolares, grupo no qual representam 15% do total, como também em todos os demais recortes, mesmo naqueles nos quais são mais representativos, como é o caso do recorte de homens, onde passam a representar 30% do total mas, ainda assim, são percentualmente menos do que os 43% de homens à esquerda.

Esse é um ponto fundamental para pensar uma das premissas do ESP. Em geral, apresentam seu discurso como representante de toda a categoria de pais, entretanto, os pais

classificados à direita, que tem tendencialmente o discurso mais próximo ao ESP, são apenas 23% do total.

Figura 15 – Resultados – Detalhamento sobre grupo “de direita”



Fonte: O autor, 2021.

Voltando a atenção aos professores, há também alguns destaques. 67% dos que responderam à pesquisa lecionam apenas na rede Pública e 78% têm tendência política à esquerda ou centro-esquerda. Todos os professores de esquerda, centro-esquerda e centro e a maioria dos professores de centro-direita afirmam que às vezes falam sobre temas que fogem da matéria pois isso faz parte do processo das aulas. Apenas uma pequena parte dos professores de centro-direita e os de direita afirmam que falam exclusivamente de temas das matérias.

64% dos professores afirmam que há opiniões políticas variadas nas escolas onde lecionam. Esse percentual inclui todos os espectros políticos de esquerda à direita. Dos 17% que afirmam que poucos colegas compartilham de suas opiniões, todos são classificados como esquerda. E dos 19% que entendem que a maioria de seus colegas de trabalho pensam da mesma forma que si próprios, a maioria é de esquerda (86%) e uma pequena parte é de centro-direita.

3.3 As comunidades escolares apoiam o Escola sem Partido?

O terceiro eixo do *Survey* trabalhou uma pergunta qualitativa: “Para você, para que servem as escolas? ”. Essa não era uma pergunta obrigatória e, no total, 125 pessoas das comunidades escolares (89,9% do grupo) responderam. As respostas poderiam conter até 500 caracteres, mas em média foram usados 86. Elas foram classificadas em 5 categorias, de acordo com a tendência que cada uma apresentou em seu conteúdo.

A categoria “discurso humanista”, na qual 65% das respostas foram enquadradas, inclui os textos que descreveram a função da escola como espaço de formação de cidadãos, carregando tanto o ensino e aprendizado dos conteúdos, quanto a socialização e o convívio, o pensamento crítico, emocional e formação para a vida.

É um lugar de ampliação do aprendizado em todas as esferas humanas (linguísticas, ambientais, históricas, matemáticas, culturais etc.), de trocas de experiências, de socialização com pessoas de diferentes realidades e culturas. Portanto, o espaço escolar deve promover o acesso a bens culturais diversos, o respeito e a empatia por todos os seres, enfim construir cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres com a sociedade e o planeta. (Resposta classificada como “discurso humanista” de uma professora de Santa Catarina que leciona na rede pública)

A escola deve ser um espaço de difusão, não apenas dos conteúdos tradicionalistas, mas também de discussões políticas, econômicas, sociais e econômicas, prezando pela diversidade de cada um dos alunos. (Resposta classificada como “discurso humanista” de um aluno da Paraíba que estuda na rede pública)

Formar um cidadão não somente no aspecto educacional formal, mas também conscientizando-o para as questões sociais, de igualdade, civilidade, proteção ao meio ambiente e demais questões essenciais a uma nação desenvolvida e justa. (Resposta classificada como “discurso humanista” de uma responsável de estudante da rede pública do Rio de Janeiro)

A segunda categoria mais representada, contando com 11% das respostas foi “discurso tecnicista”, que reuniu os conteúdos que classificam a escola como espaço restrito ao ensino dos conteúdos técnicos.

Além de habituar o ser humano para o convívio em sociedade, pontualidade e aceitação de prazos e regras... Proporcionar um ensino razoavelmente básico (escrita, contabilidade e coisas do gênero) para que possam ter condições de trabalhar. (Resposta classificada como “discurso tecnicista” de uma estudante da rede pública do Paraná)

Inclusão social através do conhecimento técnico e pela formação de redes de contato. (Resposta classificada como “discurso tecnicista” de um responsável de estudante da rede privada do Mato Grosso)

Para formação referente ao conteúdo de educação básica. (Resposta classificada como “discurso tecnicista” de uma responsável de estudante da rede privada do Ceará)

6% das respostas foram classificadas como “discurso descrente”, por descreverem a educação de forma mais desacreditada e crítica dos modelos e estruturas disponíveis atualmente.

Hoje em dia, no Brasil atual, [a escola seve] para nada. A escola deveria ser um ambiente para trabalhar o convívio social profissional da criança/adolescente, além de

incentivar responsabilidade, e mais importante, ser um lugar de lazer coletivo. Hoje em dia a escola é uma prisão (uniforme + não poder sair a qualquer horário + falta de liberdade). (Resposta classificada como “discurso descrente” de um estudante da rede pública do Rio Grande do Norte)

No atual modelo de ensino, apenas serve para aprender a ler e escrever. (Resposta classificada como “discurso descrente” de um responsável de estudante da rede privada do Rio de Janeiro)

Por fim, o grupo menos representativo, com 5% das respostas, foi o “discurso alinhado ao ESP”. Essas respostas trouxeram elementos associados ao discurso propagado pelos defensores do movimento, com seus jargões frequentes tais como “educar é competência da família” e “escola não é lugar de politicagem”.

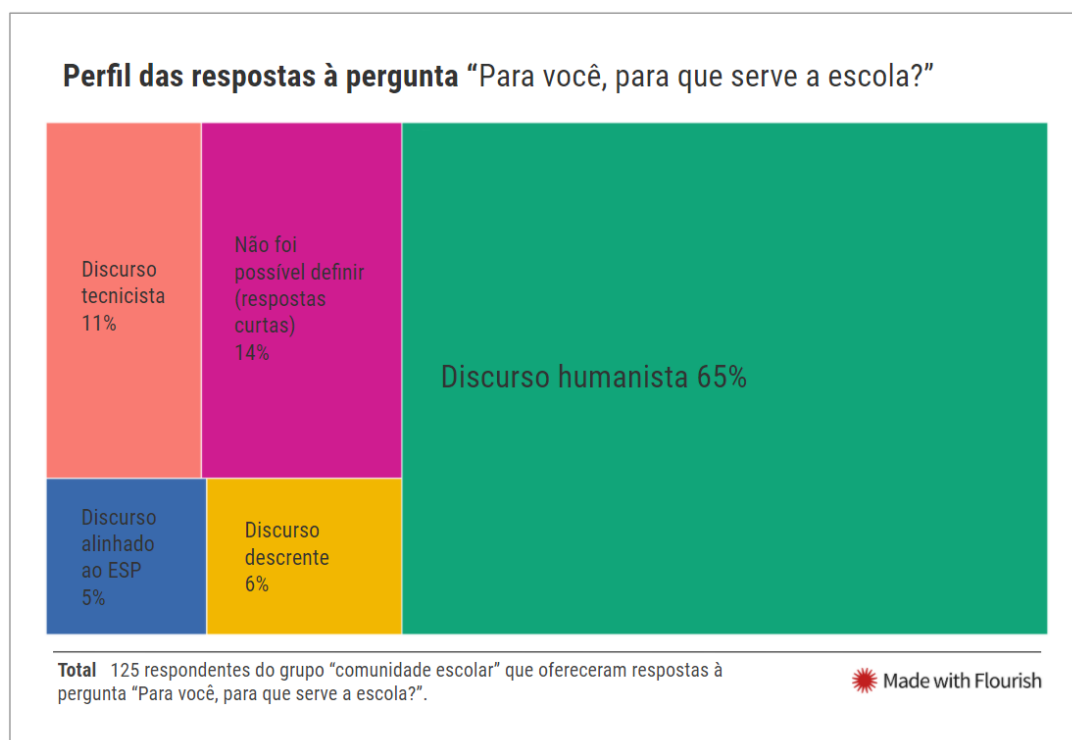
Ensinar sem manipulação ideológica. (Resposta classificada como “discurso alinhado ao ESP” de um professor das redes pública e privada do Rio Grande do Sul)

Para ensinar (diferente de educar). (Resposta classificada como “discurso alinhado ao ESP” de um estudante da rede pública do Rio Grande do Sul)

Ensinar matematica,portugues,e socializar,pois educar é competência da família. (Resposta classificada como “discurso alinhado ao ESP” de uma responsável de estudante da rede privada de São Paulo)

Houve ainda uma categoria com 14% das respostas, classificada como “não foi possível definir (respostas curtas)”, incluindo as respostas como “educar”, “aprender”, “trazer conhecimento”, “educação” e outras similares pelas quais não é possível apontar a tendência do discurso.

Figura 16 – Resultados – Perfil de respostas para pergunta “Para você, para que serve a escola?”



Para além dessa classificação feita pela análise de cada resposta, para observar os dados também de maneira massiva, foram elaboradas algumas nuvens de palavras a partir de duas categorias centrais trabalhadas nesse estudo: a relação com a Educação Básica (estudantes, pais e professores) e o Posicionamento Político (esquerda, centro, direita, etc), conforme apresentado nos gráficos abaixo.

Figura 17 – Resultados – Nuvem de Palavras 1 “Para você, para que serve a escola?”



Fonte: O autor, 2021.

Em todos os grupos a associação da escola à um lugar de conhecimento, aprendizado, convívio e socialização aparece de alguma forma. É interessante observar a ênfase em “aprender” e “ensinar” nos conteúdos de estudantes e responsáveis, respectivamente, enquanto no caso dos professores o destaque fica para a palavra “construção”.

Figura 18 – Resultados – Nuvem de Palavras 2 “Para você, para que serve a escola?”



Fonte: O autor, 2021.

Já no caso do recorte por tendência política, o grupo “Direita e Centro-Direita” destoa dos demais. O volume de palavras é muito menor, considerando que as respostas apresentadas foram bastantes simples e referenciadas nos discursos usualmente repetidos pelo ESP – uma associação bastante clara, considerando que mais da metade das respostas classificadas como “discurso alinhado ao ESP” foram de respondentes com tendência política de direita ou centro-direita. Além disso, as palavras frequentes nos demais recortes como aprendizado, socialização, cidadãos e sociedade, que aprofundam mais as possibilidades de interpretação desse espaço escolar, ficam de fora das respostas desse grupo.

No recorte dos respondentes de centro, chama atenção a ênfase nas palavras “indivíduo” e “formar”, que não aparece em destaque em nenhuma das outras categorias – não apenas nas demais categorias de tendência política, como também nos recortes que dão ênfase às respostas de pais, estudantes e professores.

4. EDUCAÇÃO COMO CAMPO DE BATALHA DE OUTRAS DISPUTAS

A análise das respostas ao questionário nos permitiu identificar o grupo defensor do ESP: são majoritariamente homens brancos, pais de estudantes, em especial da rede privada. A partir dessa identificação há dois caminhos interessantes de serem percorridos à fim de compreender melhor os seus anseios enquanto grupo: aprofundar a sua gênese social – fundação da família brasileira – e a sua ligação com seu alvo – o papel exercido pela escola na formação de seus filhos.

Para o primeiro ponto, recorro às análises de Jessé Souza sobre a formação da sociedade brasileira apresentadas no livro “A elite do atraso” (SOUZA, 2017), no qual ele critica as interpretações clássicas de que o maior problema do país é a corrupção política – ponto que se apoia em uma série de noções equivocadas de que o brasileiro e o Estado brasileiro são naturalmente corruptos e tem esse perfil baseado na origem ibérica, encarada como um dos pontos centrais da construção das características nacionais.

Segundo ele, após a década de 1920 a explicação das diferenças de desenvolvimento entre as sociedades passa, nas ciências sociais, por uma mudança de paradigma: do racista, que oferece explicações com bases em características fenotípicas, para o culturalista, que se baseia nas heranças culturais (SOUZA, 2017, p. 15). Para Jessé essa mudança não se trata da superação de uma perspectiva racista, mas apenas a substituição das características fenotípicas pelas culturais para a demarcação de sociedades e indivíduos superiores e inferiores. Segundo ele, o racismo implícito no culturalismo²⁴ reside “[...] no aspecto principal de todo racismo, que é a separação ontológica entre seres humanos de primeira classe e seres humanos de segunda classe” (SOUZA, 2017, p. 18).

A interpretação culturalista da sociedade brasileira aponta para as heranças ibéricas em países como o Brasil como justificativa para o seu atraso, em contraponto às heranças como a do “[...] protestantismo individualista americano como paradigma insuperável para a construção de uma sociedade rica e democrática” (SOUZA, 2017, p. 16). É sob esse paradigma que a interpretação mais corrente sobre o brasileiro tem origem: na “[...] dominância do culturalismo racista [que] é um efeito da dominação americana a partir do século XX” (SOUZA, 2017, p. 26).

²⁴ É relevante pontuar que o termo “culturalismo” aparece aqui no contexto analítico de Jessé Souza, mas é notado que não se restringe exclusivamente à essa abordagem, sendo trabalhado sobre outras perspectivas, por exemplo no campo da Antropologia.

No campo teórico, essa ideia encontra suas bases da teoria da modernização – que busca explicar “o porquê de algumas sociedades serem ricas e adiantadas outras pobres e atrasadas” (SOUZA, 2017, p. 16) – lançadas por Talcott Parsons com a construção da “autoimagem da superioridade dos americanos no mundo”. Essa construção tem potência grande no Brasil, “onde a comparação com os EUA foi a obsessão de todos os intelectuais desde o começo do século XIX” (SOUZA, 2017, p. 26) que constroem “o brasileiro como pré-moderno, tradicional, particularista, afetivo e, para completar, com uma tendência irresistível à desonestidade” (SOUZA, 2017, p. 27).

Sob esse plano de fundo se consolidam ideias de que o brasileiro é naturalmente preguiçoso, corrupto e não só ele, como o Estado brasileiro carregaria essas características. “O patrimonialismo defende que o Estado no Brasil é um alongamento institucionalizado do homem cordial e tão vira-lata quanto ele. Abriga elites que roubam o povo e privatizam o bem público. Isso é bem menos que uma meia verdade” (SOUZA, 2017, p. 32). Para Jessé, essa noção construída pelos principais intelectuais clássicos brasileiros e repetida por inúmeros dos contemporâneos de que o Estado brasileiro é naturalmente corrupto é usada para esconder a corrupção legal e ilegal do mercado – essa sim responsável pela desigualdade e exclusão social, que movimenta montantes “[...] que superam toda a corrupção estatal da história somada” (SOUZA, 2017, p. 33).

É interessante observar um exemplo prático desse uso dos EUA como parâmetro pelo ESP, que faz referência ao seu paralelo estadunidense, o “NoIndoctrination.org” onde encontraram inspiração e referência para validação da própria ideologia – já que não encontram apoio acadêmico para suas propostas para a Educação, apostam na referência a quem pensa como eles nos EUA, tenham ou não respaldo científico, os alçando à validadores pelo simples fato de serem estadunidenses.

As críticas sobre a interpretação corrente do brasileiro feitas por Souza são apresentadas acima para contextualizar melhor o ponto fundamental das análises do autor para essa pesquisa. Em substituição dessas interpretações estereotipadas e distantes da realidade, Jessé oferece uma base muito mais sólida sobre os elementos que moldam a sociedade brasileira – justamente o que nos auxilia a compreender a formação social desse grupo de defensores do ESP.

Segundo Souza, a interpretação do culturalismo racista esconde a verdadeira base da sociedade brasileira que, longe de ser composta de forma desigual e menos desenvolvida que outras nações em função de sua herança ibérica, tem na escravidão a fundadora principal das suas relações de classe e gênero.

O período colonial moldou a sociedade tendo como base fundamental um modelo sadomasoquista de escravidão “[...] ao mesmo tempo semi-industrial e sexual [...]” (SOUZA, 2017, p. 45). A família se configurava como “[...] alfa e ômega da organização social do Brasil colonial” (SOUZA, 2017, p. 42). Uma família patriarcal que continha todos os elementos da sociedade: dependentes, familiares, subordinados ou escravizados pelo patriarca, que se configurava como senhor de escravos e terras. Homem branco cujo poder não encontrava limites, considerando seu domínio sobre o poder militar, jurídico, econômico e até mesmo religioso, em uma “organização societária [...] [que] não” propicia a constituição de freios sociais ou individuais aos [seus] desejos primários de sexo, agressividade [...]” (SOUZA, 2017, p. 48).

O discurso um tanto obcecado pelo mando dos pais no ceio da família reivindicado pelo ESP soa como uma continuidade dessa noção de família construída no Brasil colonial, centrada no patriarca com poderes ilimitados sobre todos. Elementos apresentados por Jessé Souza a partir da análise estruturada em grande parte pela leitura crítica da produção de Gilberto Freire, em especial *Casa Grande e Senzala*, na qual é possível compreender com riqueza de detalhes as expressões mais cotidianas desse mando sem freios nas relações entre o patriarca e todos ao seu entorno.

Souza analisa também *Sobrados e Mucambos*, obra na qual se apresenta um ponto de inflexão na configuração social brasileira que desestabiliza essa primeira configuração colonial. No processo de urbanização brasileira e estruturação do Estado e suas instituições, constituindo uma esfera pública, o poder patriarcal recua para dentro das casas, já que no espaço público se apresentam restrições e questionamentos a ele – mesmo que na época limitados, considerando a hegemonia de homens brancos nos cargos e espaços de poder que se perpetua até hoje.

Esse primeiro questionamento ao poder patriarcal seguiu se expandindo. Com a ascensão de direitos de cidadania antirracistas, feministas e LGBTQIA+, em especial no período de redemocratização após a ditadura de 1964 a 1987, esse poder é questionado até mesmo de “dentro de casa”, onde havia se escondido da expansão da esfera pública. E é justamente nesse ponto que encontramos um dos “fronts” do Escola Sem Partido que, obcecado pelas questões de gênero, demonstra em seus discursos e jargões clássicos uma autoafirmação de poder: “na minha casa mando eu”, “eu respeito, mas na minha casa, não”.

Já estou de saco cheio dessa doutrinação esquerdopata que esses professores fazem com nossos filhos. Coloco meus filhos na escola para aprenderem Matemática, Física, Química, Biologia, Português etc, e não pra serem doutrinados em "valores" morais de esquerda. Valores dou eu que sou pai. Religião ensino eu que sou pai. Sexualidade mostro eu que sou pai. Política ensino eu que sou pai. [...]. Não bastasse difundir esse conteúdo lixo de gênero na sala de aula, massacrando alunos despreparados com suas

teorias e visão distorcida do mundo, agora "obrigam" esses alunos serem cúmplices na divulgação dessa agenda nefasta em suas próprias Redes Sociais. Isso é o cúmulo!!!! Isso é uma COVARDIA. (ESCOLASEMPARTIDO.ORG, 2016)

As reflexões de Jessé Souza nos explicam a construção social desse grupo defensor do Escola Sem Partido. É fundamental compreendermos também a escolha da Escola como alvo desse grupo. Isso se dá porque, enquanto instituição, a Escola tem a capacidade de impactar a forma como o pensamento de uma sociedade se estrutura.

As reflexões de Pierre Bourdieu sobre o papel de integração cultural exercido pela escola explicam de maneira certa o porquê de a escola ser um ponto base no discurso conservador brasileiro, hoje expresso no Bolsonarismo, tendo como carro chefe o Escola Sem Partido. Segundo o autor, “[...] os esquemas que organizam o pensamento de uma época somente se tornam inteiramente compreensíveis se forem referidos ao sistema escolar, o único capaz de consagrá-los e constituí-los, pelo exercício, como hábitos de pensamento comuns a toda uma geração.” (BOURDIEU, 2007, p. 208).

Bourdieu trabalha esse papel da escola tendo em mente seus perfis específicos (cristãs, preparatórias para o vestibular, militares, humanistas etc.) que criarão certas tendências de formação para seus estudantes.

Enquanto “força formadora de hábitos” a escola propicia aos que se encontram direta ou indiretamente submetidos à sua influência, não tanto esquemas de pensamento particulares e particularizados, mas uma disposição geral geradora de esquemas particulares capazes de serem aplicados em campos diferentes do pensamento e da ação, aos quais pode-se dar o nome de *habitus* cultivados. (BOURDIEU, 2007, p. 211)

Esse raciocínio também é fértil quando pensamos na escola de forma mais ampla, como instituição pela qual a grande maioria da juventude brasileira tem passado e como lugar no qual a diversidade convive cotidianamente, tanto entre funcionários com diversas formações e funções, quanto estudantes e pais.

Elas são, então, um espaço obrigatório de convívio com essa esfera pública da qual o poder patriarcal tenta se esquivar. E uma dessas esquivas se apresenta na forma do Escola Sem Partido, que quer retirar da escola esse caráter, selecionando os temas que não podem ser abordados no espaço escolar, na tentativa de impedir que jovens, no convívio com pensamentos diferentes dos de seus pais, possam vir a discordar deles.

O ESP tenta barrar essa força de mudança que vem ganhando, muito lentamente, a disputa contra o poder patriarcal. Do poder absoluto do homem branco senhor de terras e pessoas do período colonial aos dias de hoje, houve uma perda de poder significativa que se impôs, para além de grandes acontecimentos como a abolição da escravidão ou a entrada das mulheres no mercado de trabalho, nos questionamentos lentos e cotidianos – afinal o racismo, por exemplo, não se encerra com a abolição, muito pelo contrário.

À despeito da importância desses grandes acontecimentos, que não pretendo aqui diminuir, “[...] o campo cultural transforma-se por reestruturações sucessivas e não através de revoluções radicais. ” (BOURDIEU, 2007, p. 208). É no questionamento cotidiano que essas mudanças ganham fundação na sociedade, se consolidam enquanto estrutura e por isso tem sido o foco da artilharia do ESP, que tem, na verdade, um partido muito definido e interesses nítidos e sem relação com questões pedagógicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PARTIDO DO ESCOLA SEM PARTIDO

Segundo o movimento ESP, as escolas têm sido espaço de doutrinação ideológica de esquerda pelos professores e esse tema é uma preocupação compartilhada pela sociedade de forma geral. Não há dados que embasem nenhuma dessas afirmações, já que não há pesquisas recentes que apontem o perfil político das comunidades escolares, tampouco levantamentos que identifiquem essa como sendo uma preocupação das mesmas. Questionando essas premissas, o objetivo dessa pesquisa foi contribuir com a bibliografia sobre o Escola Sem Partido por meio da realização de um *Survey* que pudesse oferecer respostas objetivas à essas perguntas para além das avaliações subjetivas e particulares das quais o ESP se vale para sustentar seu discurso.

O resultado desse levantamento foi a identificação de que as escolas possuem um perfil político semelhante ao da sociedade em geral, com a presença de um espectro amplo de posicionamentos e uma maior tendência às ideias “de esquerda”, conforme aprofundado no capítulo 3, focado em análise de dados. O grupo mais alinhado às ideias do Escola Sem Partido, por sua vez, não é diverso, se concentrando em uma pequena parcela homens brancos, pais de estudantes, em especial de escolas particulares.

Considerando que as duas premissas do discurso do ESP não encontram paralelo nos dados sobre as escolas, foi desenvolvida uma análise focada em compreender a gênese social desse grupo e, com isso, identificar com maior objetividade quais interesses os levam à essa empreitada contra o trabalho desenvolvido pelos professores nas escolas.

A gênese social dos homens brancos brasileiros remonta ao período colonial, que desenhou relações de poder patriarcais que colocaram esse grupo no topo da pirâmide social. Esse lugar de poder do homem branco, completamente vivo nas relações sociais que desenvolvemos hoje e que garante a eles uma série de privilégios nas relações raciais e de gênero, vem sendo questionado ao longo de décadas em diversos espaços do debate público – entre eles o campo da educação.

O poder do patriarca é ameaçado quando debates sobre gênero, sexualidade e relações raciais chegam à sua família e, por isso, os homens que se compreendem nesse lugar de poder ameaçado se mobilizam politicamente para impedir que as ideias divergentes das suas cheguem aos seus filhos. Dessa forma a escola, lugar onde a juventude brasileira está majoritariamente presente cotidianamente, tem sido alvo dos esforços de censura desse grupo. Não há nada de pedagógico nesses interesses, eles são partidários e sem conexão com problemas da Educação brasileira indicados por especialistas desse campo.

Esse grupo é politicamente identificável e muito distante de ser apartidário como se anuncia. São conservadores de extrema direita – o que é possível identificar tanto à partir dos dados do *Survey* quanto por meio de análise do discurso do ESP e da extrema direita que ganhou grande espaço na política brasileira nos últimos anos, alcançando o poder executivo federal com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 – defensor declarado do Escola Sem Partido, que foi inclusive uma das principais plataformas da ascensão política de sua família.

O Brasil vive tempos politicamente sombrios. O avanço desses conservadores extremistas e negacionistas à Presidência da República coexistindo com uma das piores crises de direitos humanos da história do país – a pandemia de COVID-19 que, durante a escrita dessa etapa do texto²⁵ se aproxima do meio milhão de mortes – tem deixado um rastro de destruição.

A Educação sob gestão Bolsonaro-ESP tem sofrido os impactos dessa crise justamente em função da interpretação completamente equivocada sobre os principais problemas da Educação brasileira. Desviam a atenção dos problemas reais, focando em preocupações morais descoladas da realidade das escolas como essa pesquisa evidenciou.

A lista dos problemas reais é enorme: evasão escolar, estruturas físicas precárias, dificuldade de acesso à educação pública de qualidade fora das capitais e cidades maiores, número de vagas nas universidades públicas muito aquém do volume de vestibulandos, ausência de creches nas periferias, falta de funcionários nas escolas, desvalorização dos profissionais de educação, índices de qualidade das escolas públicas estaduais muito abaixo da média das escolas federais e técnicas, entre outros.

Com a recente Reforma do Ensino Médio, foi aberto espaço para a ampliação das desigualdades regionais através da criação dos itinerários de ensino, já que nem todos serão oferecidos em todas as escolas, relegando certamente às escolas no interior do país a indisponibilidade de opções aos estudantes. A reforma esvazia ainda os elementos humanistas e o caráter holístico da Educação Básica, que nessa etapa deveria ensinar sobre diversos campos do conhecimento. “O ESP tampouco se alinha aos anseios liberais sobre a educação, que quando elencam os problemas centrais desse campo mencionam a necessidade de expansão do acesso e da qualidade para a redução das desigualdades.” (SANTOS; SIQUEIRA JÚNIOR, 2017; INEP, 2019).

Não fossem muitas as crises já existentes na Educação, com a pandemia de COVID-19 e o conseqüente e necessário fechamento das escolas para salvaguardar a saúde de estudantes, seus familiares e profissionais de Educação, aprofundaram-se as desigualdades entre os

²⁵ Este capítulo foi escrito no primeiro semestre de 2021.

sistemas escolares público e privado. O MEC se encontra, hoje, sob a gestão de partidários do ESP que não trabalharam em nenhum tipo de ação efetiva para a mitigação de danos.

Os defensores do ESP estão no mesmo espectro de negacionistas da ciência, “terraplanistas”. O efeito prático da presença dessas ideologias no poder tem sido devastador. A gestão desastrosa da saúde pública durante a crise mais grave vivida pelo setor com a pandemia de COVID-19 é o exemplo mais palpável. Além disso há uma série de retrocessos na gestão ambiental com impactos profundos em biomas como o Pantanal, que presencia índices de queimada históricos. Na Educação já foram 5 ministros diferentes anunciados em menos de três anos em meio à uma crise sem precedentes.

Atualmente o cargo de Ministro da Educação é ocupado por um Pastor de Igreja Presbiteriana, o que fala muito sobre o alinhamento de sua gestão à ideologia do Escola Sem Partido. Milton Ribeiro assumiu o cargo em julho de 2020 diante do imenso desafio da gestão da Educação em meio à suspensão de aulas presenciais, com impactos previstos para o processo educativo, em especial nos estudantes das escolas públicas, que prometem se estender pelos próximos anos. Nesse meio tempo não apresentou nenhum tipo de resposta efetiva ao problema, se esquivando do debate público e definindo prioridades completamente descoladas das necessidades das comunidades escolares – como o combate à suposta “doutrinação de esquerda” e o avanço da perigosíssima “ideologia de gênero”.

O Bolsonarismo segue se valendo de uma retórica de “representantes da maioria” que não se confirma nas escolhas de governo, sempre muito distantes do interesse público, em todo tipo de tema. Muito pelo contrário, como os dados dessa pesquisa puderam exemplificar, embora essa retórica siga sendo utilizada, ela é demagógica, não sobrevive quando confrontada aos dados.

Nesse ponto é importante ressaltar a importância da metodologia adotada para identificação política dos respondentes do *Survey*. É objetivo que para compreender a percepção política de uma sociedade é necessário ir além da auto declaração de cada pessoa em categorias complexas como direita e esquerda que frequentemente tem sua compreensão alargada e modificada, de acordo com o contexto, com os interlocutores. Por isso a análise da percepção política de cada pessoa nessa pesquisa não se deu de forma subjetiva, mas metodologicamente. A partir das escolhas de cada respondente sobre temas políticos clássicos como cotas, redução da maioria penal, violência, tributos, sindicalismo e outros, foi possível mapear à qual espectro político as pessoas se alinham.

Dessa forma, essa pesquisa pode colocar em questão um tema da ordem do dia, para além de apenas o discurso do ESP: o anticientificismo, ou a caquistocracia, aqui parafraseando

o Fernando Barros e Silva quando se refere ao Bolsonarismo, tem ganhado espaço no debate público com uma série de avaliações e diagnósticos sobre a sociedade brasileira que foram, na verdade, tirados da imaginação fértil de conservadores apavorados com as mudanças sociais, que não representam nada além da subjetividade desse grupo.

O dicionário Michaelis apresenta alguns significados para a palavra “mito”, todos girando em torno do fato de que o mito está no espectro daquilo que não pode ser comprovado, que é fantasioso. Em sentido figurado, mito pode ser definido como “Representação de fatos ou de personagens distanciados dos originais pelo imaginário coletivo ou pela tradição que acabam por aumentá-los ou modificá-los.” (Verbetes mito no Dicionário Michaelis, 2015), ainda como “Uma pessoa ou um fato cuja existência, presente na imaginação das pessoas, não pode ser comprovada; ficção.” (*id*).

“Mito”, dessa forma, é a expressão mais adequada para falar da “doutrinação ideológica de esquerda” que preocupa os partidários do Escola Sem Partido. Ela não é identificada pela maioria esmagadora dos professores, tanto os politicamente tendentes à esquerda quanto à direita, tampouco por estudantes e pais.

Quanto às preocupações palpáveis, fica a necessidade de escutar e valorizar a ciência. É necessário que tanto na Educação, quanto na Saúde, na Justiça e nas demais Instituições da nossa sociedade ouçamos à racionalidade na tomada de decisões. Temos experimentado os efeitos da retirada do elemento técnico e científico da definição das políticas públicas e inúmeras mortes evitáveis por COVID-19 demonstram da maneira mais desoladora o resultado dessa escolha.

É impossível terminar uma pesquisa em dias como os atuais sem falar disso. O oposto do negacionismo é a Ciência, é a Educação, as únicas vacinas possíveis contra o obscurantismo que nos governa e para construirmos um futuro mais justo e democrático.

REFERÊNCIAS

BICALHO, P. P. G. D.; CUNHA, F. L. D.; SANTA BÁRBARA, I. S. M. Escola sem Partido: visibilizando racionalidades, analisando governamentalidades. In: FRIGOTTO, G. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: EURJ; LLP, 2017. p. 106-120.

BÔAS, B. V. Classes A e B voltam a crescer e atingem 14,4% da população. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, out. 2019. Disponível em: <<https://glo.bo/3ivlYr4>>. Acesso em: 27 set. 2020.

BOURDIEU, P. Sistemas de Ensino e Sistemas de Pensamento. In: BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. 6ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. Cap. 05, p. 203 - 222.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. **Projeto de lei Nº 246, de 04 fevereiro de 2019**. Institui o “Programa Escola sem Partido”. Brasília, 2019. Disponível em: <Disponível em:< <https://bit.ly/2KTd9L7>>. Acesso em: 02/07/2019, 09:49.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. **Projeto de lei Nº 7180/2014**. Altera o art. 3o da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <Disponível em:< <https://bit.ly/2GVzhlq>>. Acesso em: 02/07/2019, 09:52.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Projeto de lei Nº 193, de 2016**. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o “Programa Escola sem Partido”. Disponível em: <Disponível em:< <https://bit.ly/2bHvgOB>>. Acesso em: 02/07/2019, 09:45.

VERBETE MITO. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis**. [S.l]: Editora Melhoramentos Ltda, 2015. ISBN: 978-85-06-04024-9. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/mito/>>. Acesso em: 5 maio 2021.

ESCOLASEMPARTIDO.ORG. Mensagem enviada por Moisés de Oliveira Andrade, em 12.07.2016, 2016. Disponível em: <<https://www.escolasempartido.org/blog/mensagem-enviada-por-mois-es-de-oliveira-andrade-em-12-07-2016/>>. Acesso em: 4 Abril 2021.

FRIGOTTO, G. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ; LLP, 2017.

FUNDADOR do ESP explica por que se desligou do Movimento. **Canal "Escola Sem Partido" no Youtube**. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3cIwqfr>>. Acesso em: 07 set. 2020.

GLASOW, P. A. *Fundamentals of Survey Research*. MITRE, McLean, Virginia; Washington C3 Center, Abril 2005.

HAGUETE, T. M. F. Pesquisa-ação e pesquisa participante. In: HAGUETE, T. M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. Cap. XI. p. 130.

INEP. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica**. Brasília: Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, [S.l.], v.32, p. 725-747, Setembro/Dezembro 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/Ns5kmRtMcSXDY78j9L8fMFL/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

O ESCOLA sem Partido e o STF - Live 2. **Canal "Escola sem Partido" no Youtube**, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=junIIFx9GSo>>. Acesso em: 16 ago. 2020.

PENNA, F. Escola sem partido como chave de leitura do fenômeno educacional no Brasil. In: FRIGOTTO, G. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ; LLP, 2017. p. 35-48.

PROGRAMA ESCOLASEMPARTIDO.OGR. **Minuta de decreto municipal**, de 24 de novembro de 2017. Programa escola sem partido. 2017. Disponível em: <<https://bityli.com/yDXIZN>> Acessado em: 02/07/2019 - 10:05.

RIO DE JANEIRO. ALERJ. **Projeto de Lei Nº 2974, de 15 de maio de 2014**. Cria, no âmbito do sistema de ensino do estado do Rio de Janeiro, o “Programa Escola Sem Partido”. 2014. Disponível em: <Disponível em: <<https://bityli.com/6cCyM5>>. Acesso em: 02/07/2019, 10:00.


RIO DE JANEIRO. CÂMARA MUNICIPAL. **Projeto de Lei Nº 867, de 20 de junho de 2014.** Cria, no âmbito do sistema de ensino do Município, o “Programa Escola Sem Partido”. Disponível em: <Disponível em: <<https://bityli.com/VkhrWT>>. Acesso em: 02/07/2019, 09:58.

SANTOS, R. C. G. D.; SIQUEIRA JÚNIOR, A. A. D. Políticas públicas educacionais brasileiras na contramão das orientações dos organismos mundiais: o caso do projeto Escola sem Partido. **RIESED - Revista Internacional De Estudos Sobre Sistemas Educativos**, v. 2, n. 7, p. 1-18, 3 jul 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/37G87fu>>. Acesso em: 23 out 2020.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: LeYa Editora Ltda, 2017.

TESTE: identifique seu perfil ideológico. **O Globo**. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/33RXGmP>>. Acesso em: 01 set. 2019.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO



Seção 1 de 6

Política e educação

Esse questionário faz parte de uma pesquisa acadêmica de pós-graduação. O objetivo é levantar dados sobre a percepção de pais, estudantes e professores sobre temas ligados a educação brasileira, seu objetivo, conteúdos e perfil político. As respostas são anônimas e extremamente importantes para ajudar a entender um pouco mais a educação brasileira.

Em qual estado você mora? *

Escolher ▾

Como você soube da pesquisa? *

Facebook

Twitter

Instagram

Whatsapp

E-mail

Blog

Outro: _____

Próxima

QUIZ: Mapeamento ideológico

Responda de acordo com o que mais se aproxima da sua opinião. As 10 perguntas a seguir foram adaptadas a partir das elaboradas pelo Jornal o Globo em um teste para identificação de perfil ideológico.

VIOLÊNCIA E DEFESA DO CIDADÃO *

- O cidadão deve ter direito ao porte de arma para garantir sua segurança e a de sua família.
- O direito ao porte e o acesso facilitado às armas somente aumentam a violência.

COMBATE À POBREZA *

- Programas sociais de combate à pobreza e geração de renda são privilégios e não benefícios, que estimulam à ociosidade.
- Programas sociais de combate à pobreza e geração de renda diminuem a desigualdade social e proporcionam inclusão social.

COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADES *

- O programa de cotas corrige um erro histórico no acesso às universidades públicas e garante a possibilidade do ingresso desses grupos ao ensino superior.
- O ingresso das universidades públicas deve obedecer à meritocracia; o estudante precisa garantir sua vaga por merecimento e não por cotas.

DIREITOS TRABALHISTAS *

- Todos os direitos trabalhistas conquistados no país sempre devem ser preservados.
- Para garantir o emprego, se necessário, o trabalhador deve ceder a nova realidade econômica e abrir mão de parte dos direitos trabalhistas em prol da saúde econômica.

TRIBUTOS *

- Impostos devem ser mantidos para financiar programas de inclusão social, educação pública de qualidade e o sistema público de saúde.
- A carga tributária brasileira precisa ser revista e reduzida. O empresariado não pode ser taxado em excesso para gerar recursos que financiam a máquina administrativa e programas de inclusão.

PENA DE MORTE *

- A pena de morte não reduz a violência; programas de ressocialização são mais eficientes.
- O cidadão pensa duas vezes antes de cometer crimes hediondos em sociedades que adotam penas de morte.

MIGRAÇÃO *

- Movimentos migratórios dentro do país contribuem para o desenvolvimento dos estados e aumentam a oferta de mão de obra.
- Movimentos migratórios dentro do país prejudicam regiões mais ricas, e aumentam a pobreza e a violência.

MOVIMENTO SINDICAL *

- Os sindicatos são instituições importantes para a defesa dos direitos dos trabalhadores.
- Os sindicatos são instituições que atuam apenas como instrumento político de partidos.

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL *

- Jovens que cometem crimes precisam ser punidos como adultos; a atual legislação estimula a impunidade.
- Jovens que cometem crimes devem ser ressocializados; tirar do convívio social apenas não significa que o jovem será recuperado.

HOMOSSEXUALIDADE *

- Leis que garantam direitos civis aos homossexuais serão privilégios para uma minoria.
- É necessário termos leis que garantam os direitos da população LGBT, já que são constantemente violados.

[Voltar](#)[Próxima](#)

Perfil socioeconômico

Aqui, gostaríamos de saber algumas informações socioeconômicas simples sobre você.

Sexo / Gênero *

- Mulher
- Homem
- Outro: _____

Cor ou raça *

- Preta
- Branca
- Parda
- Amarela
- Indígena

Idade *

Sua resposta _____

Renda Familiar *

01 (um) salário mínimo é aproximadamente de R\$1.000.

- Nenhuma renda
- Até 1 salário mínimo
- De 1 a 3 salários mínimos
- De 3 a 6 salários mínimos
- De 6 a 9 salários mínimos
- Mais de 9 salários mínimos

Quantas pessoas moram na sua casa? *

Sua resposta

Qual a sua principal relação com a educação básica atualmente? *

A Educação Básica é composta pelos ensinos Fundamental e Médio.

Estudante

Mãe / Pai / Responsável

Professor(a)

Outro: _____

Voltar

Próxima

Estudantes

Para finalizar, gostaríamos de saber um pouco sobre sua relação com a escola.

Você estuda em qual rede? *

- Pública
- Privada

Em qual etapa você estuda? *

- Ensino Fundamental I (1º ano ao 5º ano)
- Ensino Fundamental II (6º ano ao 9º ano)
- 1ª Série Ensino Médio
- 2ª Série Ensino Médio
- 3ª Série Ensino Médio

Seus professores trabalham temas sem nenhuma relação com a matéria? *

- Na maior parte do tempo
- Às vezes
- Nunca

Seus professores ensinam bem as matérias? *

- Sim, os professores são bons e a escola tem os recursos que precisam.
- Nem sempre, os professores são bons, mas a escola tem poucos recursos.
- Nem sempre, os professores são ruins, mesmo com os recursos da escola.
- Não, os professores são ruins e a escola não tem os recursos.

A opinião política dos seus professores é parecida? *

- Sim, a maioria dos meus professores pensa da mesma forma.
- Não, meus professores tem opiniões variadas.

Para você, para que serve a escola?

Sua resposta

Voltar

Enviar

Pais / Mães / Responsáveis

Para finalizar, gostaríamos de saber um pouco sobre sua relação com a escola.

Até que nível você estudou? (Até concluir) *

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Ensino Superior
- Pós Graduação

Seu filho(a) estuda em qual rede? *

- Pública
- Privada

Em qual etapa seu(sua) filho(a) estuda? *

- Educação Infantil
- Ensino Fundamental I (1º ano ao 5º ano)
- Ensino Fundamental II (6º ano ao 9º ano)
- 1ª Série Ensino Médio
- 2ª Série Ensino Médio
- 3ª Série Ensino Médio

Os professores dele(a) trabalham temas sem nenhuma relação com a matéria? *

- Na maior parte do tempo
- Às vezes
- Nunca

Os professores dele(a) ensinam bem as matérias? *

- Sim, os professores são bons e a escola tem os recursos que precisam.
- Nem sempre, os professores são bons, mas a escola tem poucos recursos.
- Nem sempre, os professores são ruins, mesmo com os recursos da escola.
- Não, os professores são ruins e a escola não tem os recursos.
- Outro: _____

A opinião política dos professores dele(a) é parecida? *

- Sim, a maioria dos professores pensa da mesma forma.
- Não, os professores tem opiniões variadas.

Para você, para que serve a escola?

Sua resposta _____

Voltar

Enviar

Professores(as)

Para finalizar, gostaríamos de saber um pouco sobre sua relação com a escola.

Você ensina qual matéria? *

Escolher ▼

Você leciona em qual rede? *

- Pública
- Privada
- Ambas

Você leciona em qual ou quais etapas? *

- Educação Infantil
- Ensino Fundamental I (1º ano ao 5º ano)
- Ensino Fundamental II (6º ano ao 9º ano)
- Ensino Médio

Você costuma falar de temas além da matéria na aula? *

- As vezes, pois faz parte do processo das aulas.
- Não, falo exclusivamente da matérias das aulas.

Você tem os recursos que precisa na escola? *

- Sim.
- Na maioria das vezes.
- Raramente.
- Nunca.

Seus colegas de trabalho tem opiniões políticas como a sua? *

- Sim, a maioria dos meus colegas pensa como eu.
- Não, poucos colegas pensam como eu.
- Há opiniões variadas nas escolas onde trabalho.

Para você, para que serve a escola? *

Sua resposta

Voltar

Enviar